

SÔNIA MARIA RIGUEIRA ANDRADE LEAL

**IMPORTÂNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS E TROCAS COM IDOSOS NO
CONTEXTO FAMILIAR E SOCIAL – TEIXEIRAS-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2006

SÔNIA MARIA RIGUEIRA ANDRADE LEAL

**IMPORTÂNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS E TROCAS COM IDOSOS NO
CONTEXTO FAMILIAR E SOCIAL – TEIXEIRAS-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 12 de dezembro de 2006.

Prof^a Maria das Dores S. de Loreto
(Co-orientadora)

Prof^a Patrícia Aurélia Del Nero

Prof^a. Therezinha Mucci Xavier

Prof^a. Rita Márcia Andrade Vaz de Melo

Prof^a Neuza Maria da Silva
(Orientadora)

A todos os meus ex-alunos com quem também aprendi
e dos quais recebi muito carinho e reconhecimento,
nestas três décadas de magistério,

Dedico.

Velhice!

Cecília Meireles

Eu não tinha este rosto de hoje,
Assim calmo, assim triste, assim magro,
Nem estes olhos tão vazios,
Nem o lábio amargo.

Eu não tinha estas mãos sem força,
Tão paradas e frias e mortas;
Eu não tinha este coração
Que nem se mostra.

Eu não dei por esta mudança,
Tão simples, tão certa, tão fácil:
- em que espelho ficou perdida
A minha face?

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado vida e saúde, proteção e orientação no decorrer desta difícil, mas gratificante etapa acadêmica.

À Universidade Federal de Viçosa (UFV), em especial ao Departamento de Economia Doméstica, pela oportunidade de qualificação profissional.

À professora Neuza Maria da Silva, minha orientadora, pela valiosa orientação acadêmica e pelo apoio em todos os momentos.

Às professoras Maria das Dores Saraiva de Loreto e Karla Damiano, pelos sábios aconselhamentos.

Às professoras Therezinha Mucci Xavier, Patrícia Aurélia Del Nero, Maria das Dores S. de Loreto e Prof^a. Rita Márcia Andrade Vaz de Melo, por constituírem a banca examinadora e pelas valiosas sugestões.

A todos os professores da Pós-Graduação, pelos conhecimentos transmitidos.

Aos meus familiares e, em especial, ao meu irmão Tãozinho, pelo grande incentivo ao meu curso de Mestrado.

Aos funcionários do Departamento de Economia Doméstica, pelo sempre pronto atendimento.

Às alunas do Curso Normal Superior da Unipac de Teixeira, pela imprescindível ajuda na coleta de dados.

Aos idosos entrevistados, pela disponibilidade, tornando possível a realização desta pesquisa.

À Professora Rozimar Gomes, ex-aluna e amiga, pela paciente e constante assistência.

Enfim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a condução deste estudo.

BIOGRAFIA

SONIA MARIA RIGUEIRA ANDRADE LEAL, filha de Rita Lelis Rigueira e Sebastião Rigueira da Fonseca, nasceu em Teixeira-MG, onde iniciou seus estudos, no Grupo escolar “Antônio Carlos”. Na Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, em Viçosa, cursou o ginásio (5^a. a 8^a. séries), bem como o Curso Normal, tornando-se professora das quatro primeiras séries.

Graduou-se em História pela PUC-MG; em Pedagogia, pela FAFIC (Faculdade de Filosofia de Caratinga), passando a atuar, efetivamente, na área da educação e, além de professora, foi também diretora da E. E. “Dr. Mariano da Rocha”, em Teixeira. Mais tarde, tornou-se Inspectora Escolar da 33^a. Superintendência Regional de Ensino de Ponte Nova.

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Viçosa-UFV, passando a atuar no Magistério Superior da Unipac, no Curso de Direito da Esuv, lecionando, também, Elementos de Ciências Sociais na Univiçosa.

Iniciou o Curso de Pós-Graduação em Economia Doméstica, na Universidade Federal de Viçosa, em março de 2004, defendendo tese em dezembro de 2006.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	ix
RESUMO	xii
ABSTRACT.....	xiv
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 O Problema e sua importância	5
1.2 Objetivos	10
1.2.1 Geral.....	10
1.2.2 Objetivos específicos.....	10
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	11
2.1 O envelhecimento da população no mundo e no Brasil	11
2.2 O idoso e a aposentadoria	14
2.3 Transferências e trocas sociais	16
3 METODOLOGIA	28
3.1 Área de estudo	28
3.2 População e amostra	30
3.3 Coleta de dados	31
3.4 Descrição e operacionalização das variáveis.....	31
3.4.1 Perfil socioeconômico e demográfico do idoso.....	31
3.4.2 Transferências feitas pelos idosos a suas respectivas famílias	32
3.4.3 Importância atribuída pelo idoso ao seu papel social e familiar.....	32
3.4.4 Retorno econômico e subjetivo recebido pelo idoso em troca da ajuda prestada aos familiares	33

3.5 Procedimento de análise dos dados	33
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1 Perfil socioeconômico e demográfico do idoso	34
4.2 Transferências feitas pelos idosos a suas respectivas famílias	50
4.3 Importância atribuída pelo idoso ao seu papel social e familiar	59
4.4 Retorno econômico e subjetivo recebido pelo idoso em troca da ajuda prestada aos familiares	63
4.5 Repercussões da ajuda do idoso no bem-estar de sua família	67
5 RESUMO E CONCLUSÕES	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
APÊNDICE	84

LISTA DE QUADROS

Quadro		
Pág.		
1	Gênero dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006	35
2	Idade segundo sexo dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006	35
3	Estado civil dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006	36
4	Grau de escolaridade segundo sexo dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006	37
5	Nível de atividade segundo sexo dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006	39
6	Localização da residência dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006	39
7	Condição de residência dos idosos entrevistados – situação do imóvel, Teixeira-MG, 2006	40
8	Condição de residência dos idosos entrevistados – companhia, Teixeira-MG, 2006	41
9	Número de Membros da família que moram com o idoso, Teixeira-MG, 2006	41

10	Identificação dos membros da família que moram com o idoso, Teixeira-MG, 2006	42
11	Formas de lazer preferidas, segundo sexo dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006	43
12	Última ocupação na ativa dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006	45
13	Renda percebida pelos aposentados e pensionistas entrevistados, Teixeira-MG, 2006	46
14	Origem da renda dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006	47
15	Valor da renda das famílias dos idosos, Teixeira-MG, 2006	48
16	Ocupação dos membros da família do idoso - Teixeira-MG, 2006	49
17	Parcela da renda empregada no orçamento familiar pelos idosos entrevistados, Teixeira – MG, 2006	50
18	Dependentes da Renda Familiar que moram com o idoso, Teixeira-MG, 2006	51
19	Ajuda em dinheiro dada à família pelos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006	52
20	Destinatários da ajuda oferecida em dinheiro pelos idosos, Teixeira-MG, 2006	53
21	Frequência da doação que o idoso dá à sua família, Teixeira-MG, 2006	54
22	Finalidade da ajuda em dinheiro oferecida pelos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006	55

23	Ajuda em forma de prestação de serviço pelos idosos, segundo sexo dos entrevistados, Teixeiras-MG, 2006	56
24	Grau de importância atribuído pelo idoso à ajuda prestada, em dinheiro a sua família, segundo sexo dos entrevistados, Teixeiras-MG, 2006	60
25	Grau de importância atribuído pelo idoso à ajuda prestada, em serviço a sua família, segundo sexo dos entrevistados, Teixeiras-MG, 2006	62
26	Visão do idoso de sua situação atual na família e na sociedade, Teixeiras-MG, 2006	62
27	Retorno econômico, percebido de suas famílias, pelos idosos entrevistados, Teixeiras-MG, 2006	64
28	Retorno subjetivo, percebido de suas famílias, pelos idosos entrevistados, Teixeiras-MG, 2006	66

RESUMO

LEAL, Sônia Maria Rigueira Andrade, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2006. **Importância das transferências e trocas com idosos no contexto familiar e social – Teixeira-MG**. Orientadora: Neuza Maria da Silva. Co-Orientadoras: Karla Maria Damiano Teixeira e Maria das Dores S. de Loreto.

Este estudo foi desenvolvido tendo como principais objetivos analisar a participação e importância das transferências feitas pelo idoso do município de Teixeira-MG às suas respectivas famílias, procurando examinar a percepção de sua importância no contexto familiar e social, assim como o retorno material e subjetivo ao idoso vindo de seus beneficiados. Os fundamentos do estudo encontram-se na literatura que aborda o fato de as crises econômicas terem levado os idosos a assumirem novos papéis na economia familiar, amparando financeiramente os demais membros de sua família. Para atender aos objetivos do trabalho, foram realizadas entrevistas com idosos do referido município, fazendo-se uso de questionário semi-estruturado, com questões referentes à participação financeira dos idosos no orçamento familiar, a utilidade da renda do idoso para os demais membros de sua unidade familiar e, conseqüentemente, para o bem-estar das famílias favorecidas pela aposentadoria ou outra fonte de recursos dos idosos. Quanto ao retorno a esses provedores, pesquisou-se a contrapartida material e subjetiva a eles destinada. A análise das transferências, ocorridas no seio familiar, entre o idoso e demais membros,

constituiu importante subsídio para justificar a iminente necessidade de se conduzirem novas políticas e programas sociais inerentes ao público, visto que mais de 80% da população-alvo ajuda, com dinheiro e com outros serviços (domésticos e assistência), os seus familiares. Entretanto, mais da metade desses idosos nunca recebe ajuda material daqueles a quem beneficia. Na percepção dos idosos, prestar ajuda em dinheiro aos familiares é muito importante. O grupo entrevistado reconhece a importância de suprir com ajuda financeira os seus familiares e percebe significativo retorno subjetivo de suas famílias, predominantemente em forma de carinho, visitas e realização de passeios. Conclui-se que, por meio das transferências em dinheiro e de prestações de serviços, vem ocorrendo uma inversão dos papéis sociais, de forma que o idoso deixa a posição de assistido para passar a provedor do grupo familiar, com dinheiro e com serviços, de forma que sua presença traz um impacto positivo, contribuindo para o bem-estar de suas famílias. É premente, pois, refletir a longevidade da população brasileira, o que poderia subsidiar programas e planejamentos sociais voltados a esse contingente populacional.

ABSTRACT

LEAL, Sônia Maria Rigueira Andrade, M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2006. **The importance of transferences and changes with aged in the family and social context in Teixeiras-MG.** Adviser: Neuza Maria da Silva. Co-Advisers: Prof^a Karla Maria Damiano Teixeira and Maria das Dores S. de Loreto.

The main objective of this study is to analyze the participation and importance of the transferences done by the aged of the district of Teixeiras-MG to their respective families, to try to examine the perception of their importance in the family and social context, as well as the material and subjective repayment given to aged by their beneficiaries. The bases of this study are in the literature that approaches the fact of the economic crises has taken the aged to assume new papers in the family economy, aiding the other members of their family financially. Interviews were accomplished with aged of the referred district, through a semi-structured questionnaire, with questions regarding their financial participation in the family budget, the usefulness of their income for the other members of the family unit and consequently, the well-being of the families by the retirement benefit or from other sources of the aged's resources. The material and subjective compensation was researched as repayment destined to the aged. The analysis of the aged, between the aged and other family members constitutes important subsidy to justify the imminent need for new politics and

inherent social programs to this public. More than 80% of the target population help their relative with money and other services (domestic and attendance), their relatives. However, more of than half of those aged never receive material aid from those who benefits. It is very important, in the aged's perception, to help their relatives with money. The group who was interviewed recognizes the importance of supplying financial aid to their relatives, and notices significant subjective repayment of their families, predominantly in form of affection, visits and taking them for a walk. The transferences of money and services rendered are causing an inversion of social papers. The aged are leaving the position of being attended and they are passing to be the family group providers of money and services, so that their presence brings a positive impact, contributing to the well-being of their families. It is pressing to look at the longevity of the Brazilian population and then consider deliberately subsidizing social programs according to that contingent of the population.

KEYWORDS: Aged, Transferences and changes, Family, Social papers.

1 INTRODUÇÃO

A população brasileira está se tornando cada vez mais velha, aliás, uma característica comum tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos. Em quase todas as sociedades, o segmento populacional considerado idoso é o que mais cresce no conjunto da população. Isso se deve ao aumento da longevidade, ou seja, à redução da mortalidade e à queda da fecundidade. A queda da fecundidade, fenômeno quase universal atualmente, tem levado esse segmento populacional, que passou a viver mais, a ter maior porcentagem no total da população, dada a redução relativa do número de nascimentos.

No caso brasileiro, essa transformação foi extremamente rápida. Ela ocorreu no espaço de poucas décadas e, embora já viesse detectada há algum tempo pelos estudiosos da demografia, só no início dos anos 1980 começaram a se desenvolver novos métodos de projeções populacionais que levaram em conta as alterações na dinâmica demográfica. As primeiras projeções objetivaram alimentar o gasto previdenciário, pois naquela época a questão da Previdência já se destacava na agenda das políticas públicas e das pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2005).

Iniciaram-se, a partir de então, projeções populacionais regulares, atualizadas por sexo, grupos de idade e unidades espaciais, buscando delimitar grupos-alvo de políticas sociais, com tal cuidado que, na virada da década de 1990, tornaram-se públicos, em livro, os resultados de projeções populacionais feitas por sexo, idade, situação de domicílio e Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), as quais

apresentam grandes diferenças, estando o maior número concentrado nas regiões Sudeste e Nordeste. Dessa forma, estava descrito o envelhecimento populacional, as dificuldades de transição para a vida da sociedade brasileira e as mudanças nos novos arranjos familiares, entre outros inerentes ao contexto (IPEA, 2005).

Os dados seguintes comprovam o crescente envelhecimento da população brasileira nas últimas décadas. O índice de crescimento das pessoas de 60 anos e mais no total da população brasileira passou de 4% em 1940 para 8,6% em 2000. Estima-se que esse contingente atinja a magnitude de 14% no ano de 2020 e que continue a crescer a taxas elevadas (IBGE, 2000). A expectativa é que, em 2025, o Brasil passe da 16ª para a 5ª posição mundial em relação ao contingente de idosos, ficando atrás apenas da China, da Índia, dos Estados Unidos e da Indonésia (CAMARANO, 1999; GUIDUGLLI, 2000). Para evidenciar melhor a dimensão do processo de envelhecimento no Brasil, toma-se como parâmetro a França, onde foram necessários 120 anos para que o número de idosos passasse de 7% do total dos habitantes do país para 14%. O Brasil vai experimentar um aumento equivalente em um período de 20 anos (OMS, 1999; IBGE, 2000).

A queda da mortalidade da população idosa tem desempenhado um papel importante no crescimento desse segmento, fazendo com que a esperança de sobrevida aumente significativamente. De acordo com dados do IBGE (2000), a expectativa de vida do homem subiu para 65 anos, e a mulher chega, em média, até os 73 anos de idade¹. Estes números são muito relevantes em termos de perspectivas e alterações sociais e jurídicas, uma vez que, há menos de um século, por volta de 1930, o homem vivia até os 39 anos e a mulher até os 43 anos, conforme informações do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS, 2005).

¹ - Dados do RDH (2005) apontam em média 70.5 anos. Dados da projeção da População do Brasil (http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=207&id_pagina=1) advertem que em 2000 o Brasil tinha 1,8 milhão de pessoas com 80 anos ou mais, número este que em 2050 poderá chegar a 13,7 milhões.

A consciência dessas mudanças é ainda muito incipiente, pois a maioria das pessoas ainda pensa o Brasil como um país “jovem”, tanto em termos de sua idade como nação quanto no que se refere à composição etária de sua população, o que traz conseqüências que devem ser vistas com preocupações por acarretar mudanças no perfil das demandas por políticas públicas, colocando desafios para o Estado, para a sociedade e para a família.

É importante perceber o envelhecimento de um indivíduo, associado a um processo biológico de declínio das capacidades físicas, relacionado a novas fragilidades psicológicas e comportamentais. Isto significa que a condição de estar saudável deixa de ser apenas relacionada à idade cronológica, passando a ser entendida como a capacidade do organismo de responder às necessidades da vida cotidiana, à capacidade e à motivação física e psicológica para continuar na busca de objetivos e de novas conquistas pessoais e familiares. Entre estudiosos do assunto, há uma fronteira para as condições e a idade cronológica do indivíduo idoso, conforme descrito adiante. No caso desta pesquisa, foi adotada a idade de 60 anos, seguindo o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

O aumento da longevidade e as mudanças nos papéis dos indivíduos de mais idade, na sociedade, colocam em discussão o próprio conceito de idoso e demandam novos critérios de classificação para separar idosos dos não-idosos.

O critério de classificação é a adoção de uma regra que permita agrupar indivíduos a partir de uma ou mais características comuns, existentes em todos eles. Para o estabelecimento da regra, cabe definir o conteúdo do grupo populacional, criado em termos de outras dimensões, além das utilizadas para classificação, dimensões estas que são muitas vezes *inferidas* e não *observadas*. Em outras palavras, o grupo social “idoso”, mesmo quando definido apenas etariamente, não suscita referências específicas a um conjunto de pessoas com idade avançada, mas a pessoas com determinadas características sociais e biológicas.

No universo de opções possíveis, há uma grande variedade de critérios para a demarcação do que venha a ser idoso. O mais comum baseia-se unicamente em um limite etário, como é o caso, por exemplo, das

definições da Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, Cap. 1, art. 2) que considera idosa a pessoa que completa 60 anos. Já a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera idosas as pessoas de 60 anos ou mais, se elas residem em países subdesenvolvidos, e de 65 anos e mais, se residem em países desenvolvidos. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 considera idosos aqueles maiores de 65 anos (art. 230). A questão, no caso, é quanto ao conteúdo do conceito de idoso, cuja referência imediata costuma ser características biológicas. O limite etário seria o momento a partir do qual os indivíduos poderiam ser considerados “velhos”, isto é, quando começariam a apresentar sinais de senilidade e incapacidade física ou mental. Porém, acredita-se que “idoso” identifica não somente indivíduos em um determinado ponto do ciclo de vida orgânico, mas também em um dado ponto do curso de vida social, pois tal classificação de “idoso” situa os indivíduos em diversas esferas da vida social, tais como o trabalho, a família, e outras, o que leva a crer que a definição de idoso envolve mais do que a simples demarcação de idades-limite biológicas.

O conceito de idoso é, do ponto de vista instrumental, uma definição também com finalidade de caráter social. Na classificação de um indivíduo como idoso, por formuladores de políticas, predominam tanto os objetivos relacionados à sua condição, em determinado ponto do curso de vida orgânica, quanto os relacionados ao seu posicionamento em um ponto do ciclo de vida social. De acordo com o argumento de Geertz (1973), não faz sentido pensar esses ciclos separadamente. Classificam-se idosos, por exemplo, com objetivo de se estimar demandas por saúde ou como um modo de distinguir a situação dos indivíduos no mercado de trabalho, na família, ou em outras esferas da vida social.

Uma das conseqüências do uso da idade para a definição de idoso é o poder prescritivo contido nessa definição. A sociedade cria expectativas em relação aos papéis sociais daqueles com o *status* de idoso e exerce diversas formas de coerção para que esses se cumpram, independentemente de características particulares dos indivíduos (Laslett, 1996, citado por CAMARANO et al., 1999). O *status* de idoso pode ser atribuído a indivíduos com determinada idade, mesmo que não apresentem características de dependência ou senilidade associadas à velhice e, mais importante, mesmo que os indivíduos recusem esses *status*.

A grande vantagem do critério etário na definição de idoso, para as políticas públicas e demais circunstâncias, reside na facilidade de sua verificação.

1.1 O Problema e sua importância

A literatura e as recentes pesquisas revelam o rápido crescimento da população idosa e sua ativa participação na renda de seus domicílios, bem como o peso das aposentadorias nas economias locais. Já o senso comum sempre mostrou um idoso dependente da família ou de uma instituição, quase inválido para o trabalho e necessitado de apoio para sobreviver.

Em um país que cultua a juventude e desrespeita seus idosos, precisando de leis específicas para garantir sua dignidade e seus direitos, surge um paradoxo que tornou oportuna a idéia desta pesquisa.

Na cidade de Teixeira-MG, o crescimento da população idosa nas últimas décadas também é uma realidade, constatada pelo cadastro do Programa de Saúde da Família (PSF), realizado em 2004, o qual comprovou que mais de 13% da população total do município é representada por pessoas com mais de 60 anos. Acredita-se que essa expressiva parcela populacional tenha um peso significativo na economia do município, pois, de acordo com os dados fornecidos pela agência do Banco do Brasil, há na cidade 1.681 beneficiários do INSS, dos quais a grande maioria (cerca de 80%), com mais de 60 anos, representa mais de 10% da população, cujo montante dos benefícios recebidos atinge o valor de R\$437.250,00 por mês.

É, portanto, relevante e oportuno compreender o “novo” papel do idoso na sociedade brasileira, gerado não só pelo mencionado aumento da longevidade, mas também por novas responsabilidades sociais que ele passa a assumir. Tais papéis, evidenciados em ajuda em dinheiro e serviços, são resultados de transformações igualmente profundas na estrutura da família, no mundo do trabalho, na trajetória da previdência social e em várias outras dimensões da economia e da sociedade.

Dessa forma, a preocupação central da pesquisa consistiu em analisar a importância das transferências² dos idosos, na família, dimensionadas por meio da renda e disponibilidade de tempo; bem como o retorno ou a troca material e subjetiva ao idoso derivada dessa ajuda. Esta delimitação decorreu do resultado de ampla reflexão da pesquisadora que, norteada pelas questões-problema, descritas adiante, entende serem poucas as discussões e pesquisas inerentes ao assunto. Soma-se a estas razões a averiguação de que, com as crises econômicas, os idosos passaram a assumir novos papéis na economia familiar, amparando financeiramente os demais membros de sua família.

Conforme Vieira (1999), a participação do idoso na renda familiar saltou de 37%, no início da década de 80, para 75% em 1999, tendo, portanto, um impacto positivo nos orçamentos familiares.

Supõe-se que os benefícios previdenciários, assim como os ativos acumulados durante a vida, propiciem uma renda mais estável ao idoso e, com isso, o maior poder aquisitivo de toda sua família, principalmente naquelas famílias mais carentes, que são dependentes do rendimento percebido pelo idoso. Além da renda, a aposentadoria dos idosos lhes garante a disponibilidade de tempo, que lhes permite contribuir com serviços diversos para seus familiares; o que, conseqüentemente, tem peso no orçamento de sua família. Essa contribuição é também positiva no sentido de proporcionar maior tranquilidade aos pais por saberem que seus filhos estão sendo cuidados por pessoas de confiança.

Dados da Fundação Getúlio Vargas (NERI, 1999) indicam que os grandes vencedores da década de 90 são exatamente aqueles da terceira idade, pois a expectativa de vida aumentou, e sua qualidade evoluiu, graças aos avanços da medicina e da tecnologia, além do que, a Constituição Federal de 1988 elevou o direito à Previdência social à categoria de direito social fundamental para todos os cidadãos brasileiros.

² - De acordo com Silva (1997), transferência é o ato ou efeito de transferir recursos em forma de bens e serviços que se revertem em ajuda, monetária ou não, para as famílias ou outros indivíduos. Essas transferências podem ser efetuadas por instituições públicas ou privadas ou por pessoas que se dispõem a contribuir para melhorar as condições de vida de outros indivíduos.

Assim, mesmo aqueles que não contribuíram, mas comprovam sua carência, têm assegurado o benefício. A renda familiar “*per capita*” da terceira idade passou por significativo aumento nos últimos anos. Neri et al. (1999) chamaram a atenção para o fato de que, no caso da contribuição dos idosos na renda familiar, as pesquisas não mostram se os mais velhos dividem, de fato, esta renda com os demais familiares. O INSS ainda não sabe com exatidão qual o impacto que o pagamento de benefícios da previdência tem na economia dos 5,5 mil municípios brasileiros. Está claro, porém, que, para muitos deles, constitui uma das principais alavancas econômicas. Isto ocorre, especialmente, naqueles municípios menores e mais vinculados à zona rural. Acredita-se ser esse o caso do município de Teixeira, área estudada na presente pesquisa.

Assim, este trabalho pesquisou quais os novos papéis que os idosos vêm assumindo no contexto familiar do município de Teixeira, buscando elucidar questões relacionadas ao tema, tais como:

- O idoso realmente contribui no orçamento familiar?
- Os recursos e serviços do idoso são relevantes para o bem-estar de sua família?
- Estabeleceu-se um sistema de “troca social” entre o idoso e seus familiares?
- Qual a percepção do idoso quanto ao lugar social que ocupa na família e na sociedade?

A elucidação dessas questões contribuirá para o enfrentamento racional deste novo e real desafio da sociedade brasileira na busca da justiça social.

Segundo Hurd (1990) e Tsakloglou (1996), na literatura internacional, os primeiros trabalhos sobre aspectos econômicos decorrentes das transformações demográficas, abordando as pessoas com mais de 60 anos, surgiram no final dos anos 70. Os referidos autores descrevem a grande dificuldade em encontrar informações sobre o dispêndio individual e coletivo, que possibilitem estudar os aspectos relacionados à sobrevivência e à demanda específica dos idosos e de suas famílias. No Brasil, essa temática passou a ser pesquisada no final da década de 1980 e início de 1990, com os trabalhos científicos de Saad (1990), Yazaki (1990), Melo (1990) e,

posteriormente, por Camarano (1994) e por Goldani (1994) e Néri et al. (1999).

Camarano (1999, p 381) coloca que:

muito embora, por várias formas, se tenha chegado à conclusão de que os idosos estão em melhores condições de vida do que os não-idosos, pouco se sabe sobre a estrutura de gastos dos mesmos. Uma hipótese é de que os idosos gastam mais em saúde – planos de saúde, medicamentos etc.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que são poucos os estudos sobre transferências familiares, visto que, nas pesquisas sobre renda, as famílias não reconhecem que as transferências dadas ou recebidas fazem parte de seus recursos econômicos. Além do que, nas últimas décadas, tem sido significativa a participação dos idosos, principalmente dos aposentados, nessas transferências, o que torna ainda mais importante os trabalhos que analisem e avaliem esse sistema de ajuda.

De acordo com Camarano (2000), as transferências de apoio intergeracional assumem, cada vez mais, um caráter bidirecional, em que não só os jovens auxiliam os mais velhos, mas também os mais velhos ajudam os mais jovens. Também, o número expressivo de idosos, em torno de 13,22% da população (IBGE, 2000), tendo a maioria uma renda fixa, aponta para a importância de sua participação nos orçamentos familiares com influências determinantes na subsistência e no bem-estar de suas famílias.

Neste trabalho, buscou-se compreender a participação das transferências do idoso no orçamento familiar, seja amparando financeiramente os parentes mais próximos, como filhos e netos; seja disponibilizando seu tempo em prol dos familiares. Foram analisadas as transferências de rendas e serviços nas unidades familiares, em que um dos membros seja idoso; enfatizando-se como ele contribui na manutenção da sua família, seja através de ajuda financeira ou por meio de prestação de serviços, e, por sua vez, o que o idoso recebe em troca, material e subjetivamente. Investigou-se, ainda, a importância do papel do idoso na família e na sociedade, a partir de sua própria percepção neste contexto.

Certamente, a divulgação dos dados desta pesquisa, que será colocada à disposição da Prefeitura Municipal de Teixeira, do PSF, unidade

de Teixeiras e do Grupo “Idade Feliz” que atua no município, trabalhando na promoção de idosos, contribuirá, decisivamente, no planejamento de novas políticas e emergentes práticas de trabalho com os idosos e suas famílias. O conhecimento do peso da participação da renda e dos serviços prestados pelos idosos no bem-estar familiar constitui um subsídio importante na condução das políticas públicas do município, no sentido de priorizar o cidadão da terceira idade e conscientizar as famílias no trato com seus membros idosos.

Com tais subsídios, o Legislador Municipal e o Poder Executivo poderão atuar, com muito mais fundamento, na elaboração de leis e na condução de programas sociais voltados para os idosos. Além disso, todos aqueles que trabalham com idosos podem encontrar nesta dissertação uma importante fonte de pesquisa que assegura informações genuínas sobre a população envolvida e que, de certa forma, constitui amostra para solucionar questões sociais.

Por se tratar de estudo que objetiva analisar o idoso como agente ativo na sociedade, contribuindo com sua renda e seu trabalho, a pesquisa ora proposta trará também contribuição imprescindível para as Ciências Sociais; uma vez que o mais comum é atribuir à figura do idoso um papel meramente passivo. Ou seja, considera-se o idoso como alguém que apenas deve aguardar iniciativas das autoridades públicas e do restante da sociedade, como se não tivesse nada com que pudesse contribuir.

Aliás, mister frisar a consonância deste projeto com a política do governo federal de valorização da parcela idosa da população, que tem como marco principal o intitulado “Estatuto do Idoso” (Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003)³. A presença desses elementos caracteriza a relevância científica deste estudo, além do que se trata de tema dotado de elevado valor prático e inédito no município de Teixeiras-MG, onde foi realizado.

³ O Estatuto do Idoso entrou em vigor em 1º de janeiro de 2004. Ele tem por objetivo garantir direitos e estipular deveres para melhorar a vida de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos no Brasil. O Estatuto (SILVA, 2005) dispõe de 118 artigos, trazendo algumas novidades almejadas há tempos pela sociedade civil, como o sistema de cotas de 3% das moradias construídas com recursos federais para facilitar o acesso à moradia adequada ao idoso, salário mínimo mensal aos cidadãos com mais de 65 anos de idade – dois anos a menos que os 67 anos completos exigidos pela Lei Orgânica da Assistência Social – garantia de reajuste do benefício sempre que o salário mínimo for reajustado, mas, sem a ele vincular-se, pois consta de proibição constitucional.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Analisar a importância das transferências de renda e serviços feitas pelos idosos de Teixeira-MG às suas respectivas famílias, bem como a contrapartida das mesmas, além da percepção do seu valor no contexto familiar e social.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o perfil pessoal e familiar do idoso;
- identificar as possíveis transferências (em espécie e em serviços) feitas pelos idosos às suas respectivas famílias;
- examinar a importância que o idoso atribui ao seu papel social e familiar;
- identificar o possível retorno ou troca econômica e subjetiva recebida pelos idosos, em contrapartida à ajuda prestada aos familiares;
- analisar as repercussões da ajuda do idoso no bem-estar de suas famílias.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para atender aos objetivos desta pesquisa, a revisão de literatura abrange os seguintes tópicos: envelhecimento da população no mundo e no Brasil; o idoso e a aposentadoria; transferências e trocas sociais.

2.1 O envelhecimento da população no mundo e no Brasil

O número de pessoas mais velhas, principalmente idosos, tem aumentado com relação aos jovens e crianças. As causas deste fenômeno, chamado de transição demográfica, estão relacionadas ao aumento da esperança de vida refletida, principalmente, pelo avanço da ciência médica e melhoria de acesso aos serviços de saúde e a diminuição das taxas de natalidade, dado o crescente uso de métodos anticoncepcionais; bem como a conscientização das famílias diante das dificuldades financeiras encontradas, instabilidade de emprego entre outros (SAAD, 1990 e CAMARANO et al., 1999).

Nos países desenvolvidos, o envelhecimento populacional vem ocorrendo de forma bastante lenta, desde o final do século XIX (PRATA, 1990). Em 1900, nos Estados Unidos, apenas 4% da população possuía mais de 65 anos. Já em 1980, esse número correspondia a 11%. Esse crescimento vem provocando grande impacto na sociedade, sobretudo no que se refere ao suporte destinado a essas pessoas, quer em programas

sociais, como a previdência social, quer em políticas públicas, que atendam à demanda por saúde (HURD, 1990). Na Europa, estima-se que a porcentagem de pessoas com mais de 65 anos passará de 14,4% do total, em 1990, para 20,2%, em 2020 (TSAKLOGLOU, 1996).

Segundo Camargo (1988), Prata (1990) e Bloom et. al. (2001), nos países em desenvolvimento, como os que estão na América Latina e no Leste da Ásia, o processo de transição demográfica, que resulta no envelhecimento, iniciou-se de forma bastante gradativa em meados da década de 60, por meio de uma queda significativa das taxas de fecundidade.

De acordo com Chaimowicz (1997), a população brasileira vem envelhecendo desde o início da década de 60, momento em que a queda das taxas de fecundidade, em algumas regiões mais desenvolvidas do Brasil, começou a modificar a sua estrutura etária. A partir da década de 70, as PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) começaram a indicar que o fenômeno estava ocorrendo, também, nas demais regiões do País, atingindo todas as classes sociais, nas áreas urbanas e rurais. Haddad (1993) afirma que esse fenômeno está diretamente ligado pela interação de três fatores: decréscimo da fecundidade das mulheres, diminuição da mortalidade e redução da taxa migratória. Aliam-se, a esses, outros fatores, tais como: melhores condições de higiene e de saneamento básico, além da redução da mortalidade infantil.

O aumento do número de pessoas acima de 60 anos está se dando de forma tão intensa que, em 1998, existiam 12,4 milhões de pessoas acima de 60 anos no País, e a expectativa, segundo Azevedo (1999) é de que, daqui a 21 anos, esse número atinja 25 milhões. A maioria dessas pessoas está concentrada em áreas urbanas, e são do sexo feminino, o que é enfatizado por Goldani (1994), quando diz que as mulheres têm expectativa de vida maior que a dos homens, havendo com isso grande número de viúvas.

Observando as características dos idosos, Leite (1999, p. 2) afirma que a idade cronológica não é a melhor forma para definir a velhice, sendo “importante levar em conta a autonomia da pessoa, sua capacidade de realizar sozinho determinadas tarefas como tomar banho, ir ao banheiro, cozinhar, fazer compras”.

Também, Grunewald (1997) afirma que a conceituação de idoso envolve múltiplas dimensões: biológica, cronológica, social, demográfica, cultural, psicológica, política, entre outras.

Essas dimensões são também referenciadas por Silva (2005), mostrando que a idade biológica, social e psicológica não coincide necessariamente com a cronológica, de forma que a diferença entre as mesmas é importante, para compreensão das múltiplas dimensões da velhice.

Quanto à idade cronológica, Duarte (1999) adverte para que se considere a diversidade de calendários, conforme a sociedade considerada, lembrando que, neste caso, a utilização do calendário greco-romano dá a cada um e à sociedade brasileira a idade própria da civilização euroamericana (mas que diverge de outras culturas como a egípcia ou fenícia). Mesmo a idade cronológica permite que a velhice se apresente sob diversas faces, na sociedade brasileira, marcada pela desigualdade social, onde existe exorbitante concentração de renda em oposição a um alto índice de pobreza, alertando que o jovem pobre de hoje será o idoso pobre de amanhã.

Quanto à idade social, Duarte (1999) designa papéis que se pode, que se deve, que se pretende e, ou que se deseja que as pessoas venham a desempenhar na sociedade, de forma que determinados papéis podem entrar em conflito com aspectos arbitrários da idade cronológica. Um exemplo é a vida dos artistas e modelos que cultuam o corpo na juventude, em relação ao seu futuro. Este conflito entre as idades social, psicológica e cronológica constitui uma forma de discordância, principalmente quando se pensa o isolamento social do idoso, podendo ser ocasionado, muitas vezes, pela aposentadoria ou morte de parentes, antecipando, assim, a morte social frente à biológica. Isto porque, o psicológico envelhecendo, o próprio idoso começa a se impor limites e barreiras quanto às atividades que irá desenvolver, esquivando-se das reuniões e do convívio social, recolhendo-se ao lar e deixando de desenvolver as atividades que sua capacidade biológica permite.

Em relação à idade psicológica, Silva (2005) a relaciona às modificações cognitivas e afetivas que ocorrem ao longo do tempo. Na velhice, esse potencial não pára, desde que a capacidade de reserva do

sistema nervoso⁴ não seja comprometida pela manifestação de uma demência. Desse modo, não se pode deixar de assinalar a existência do grande potencial latente para o rendimento intelectual na velhice.

A reflexão sobre as diferentes idades mencionadas é necessária para se perceber a velhice nos seus mais diversos aspectos, pois, conforme Silva (2005), cada uma dessas idades apresenta pontos de relevância significativa diferenciada, complementando-se uma à outra. Por essa razão, não se pode perder de vista a importância de cada uma delas, para uma percepção mais abrangente do indivíduo idoso, haja vista que o processo de envelhecimento apresenta particularidades bem diversas entre os indivíduos de um país ou região, o que pode ser observado até mesmo na percepção poética e literária de autores⁵.

2.2 O idoso e a aposentadoria

Com o aumento da expectativa de vida dos brasileiros e, conseqüentemente, do número de idosos no País, nos últimos anos, a questão da aposentadoria tem-se tornado alvo de inúmeras discussões e questionamentos.

A aposentadoria é uma preocupação recente na história da humanidade. Montoro Filho e Porto (1982) destacam que, somente a partir do século XIX, vieram à tona programas com essa finalidade. Isso porque, antes do processo de urbanização e industrialização, as famílias eram extensas e os idosos, de acordo com as suas condições físicas e psicológicas, possuíam determinadas atividades a executar, partilhando dos

⁴ - Nota da autora: “O Termo Capacidade de Reserva (em alemão Reservekapazität) tem sido utilizado para se diferenciar entre um processo de envelhecimento normal ou patológico do cérebro. Fala-se em processo patológico quando essa capacidade de reserva é atingida e/ou comprometida, ou seja, a margem de desempenho potencial e intelectual do idoso é prejudicada sobretudo com distúrbios relacionados à memória de curta duração, neste caso fala-se em demência de modo geral”.

⁵ - No caso do Brasil, as condições geográficas e climáticas do sertão nordestino levaram o escritor João Cabral de Melo Neto a poetizar as idades, em relação à morte, da seguinte forma: “E se somos Severinos / iguais em tudo na vida, / morremos de morte igual, / mesma morte severina: / que é a morte de que se morre / de velhice antes dos trinta, / de emboscada antes dos vinte / de fome um pouco por dia / (de fraqueza e de doença é que a morte severina / ataca em qualquer idade, e até gente não nascida). (Neto, João Cabral de Melo. **Morte e vida severina**. Ed. Nova Aguilar, 1991).

bens materiais e tendo os filhos, como obrigação, sustentarem os seus pais, quando estes não podiam fazê-lo.

Com a industrialização e o conseqüente crescimento das cidades, a família passou a ser nuclear, ou seja, composta por pai, mãe e filhos; passando os idosos a serem excluídos, já que tinham pouca ou nenhuma ajuda dos parentes e filhos; necessitando, portanto, de uma fonte de renda própria; surgindo, assim, as pensões e aposentadorias.

Diante desse quadro, especialistas e políticos passaram a se preocupar com a forma de como estruturar e organizar o amparo aos idosos, chegando à conclusão de que o governo deveria intervir, buscando garantir o mínimo para a sobrevivência dessas pessoas (MONTORO FILHO e PORTO, 1982).

Uma forma de intervenção do governo foi, e continua sendo, por meio da Previdência Social. Nesse caso, ele deve tributar ou coletar contribuições da população ativa e transferi-la para a inativa, seja por motivo de velhice, por incapacidade temporária ou por outros motivos julgados socialmente aceitáveis. De acordo com Reis (2000), cerca de 18,8 milhões de pessoas, no Brasil, recebem benefícios da Previdência Social.

No Brasil, o surgimento de um sistema legislativo de proteção às pessoas idosas é recente, pois a Política Nacional do Idoso (PNI) data de 1994. Antes da implantação da mesma, conforme assinala Rodrigues (2001), o que houve, em termos de assistência a essa faixa etária, consta em alguns artigos do Código Civil (1916), do Código Penal (1940), do Código Eleitoral (1965) e de inúmeros decretos, leis e portarias. Na legislação, merecem destaque a Lei nº 6.179, de 1974, que criou Renda Mensal Vitalícia e a Constituição de 1988, sobretudo nos aspectos relacionados à Aposentadoria Proporcional por tempo de serviço, à Aposentadoria por idade e a Pensão por morte para viúva e viúvo.

O Decreto nº. 4.227/2002 criou o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), responsável pela viabilização do convívio, integração e ocupação do idoso na sociedade, por meio, inclusive, da sua participação na formulação das políticas públicas, projetos e planos destinados à sua faixa etária (SILVA, 2005).

Constam na lei 8.842, de 1994, que criou o Conselho Nacional do Idoso, dispositivos que regem a prioridade do atendimento ao idoso no

Sistema Único de Saúde; a realização de programas de saúde e medidas profiláticas específicas; a elaboração de normas padronizadas para atendimento geriátrico e a criação de serviços alternativos de saúde para o idoso, como casas-lares.

Também, na área da educação, a lei apresenta alternativas de adequação dos currículos e de materiais didáticos para cursos destinados a idosos, inclusive cursos de ensino à distância (EAD); o desenvolvimento de programas educativos, nos meios de comunicação, sobre o processo de envelhecimento. Na educação formal, houve a inclusão de conteúdos voltados para o idoso, objetivando reduzir o preconceito e aumentar o conhecimento sobre o assunto (SILVA, 2005).

Conforme a PNI, devem ser criados mecanismos que minimizem a discriminação e possibilitem a participação do idoso no mercado de trabalho. Os programas de assistência ao idoso vêm elaborando critérios que garantem o acesso deste à moradia popular; além de desenvolver condições habitacionais adaptadas às condições de acesso e locomoção (RODRIGUES, 2001; SILVA, 2005).

É visível o caráter inovador e o avanço da PNI, embora ainda haja muito a ser feito pelos idosos, até que os direitos sociais para eles previstos sejam plenamente respeitados e levados a sério, pois embora estabelecidos em instrumentos legais como nas Constituições, Códigos e Estatutos, eles só se concretizarão na prática. Em países pouco desenvolvidos como o Brasil, o aparato legal contempla os direitos sociais, mas a realidade contraria significativamente o texto legal. O usufruto dos direitos sociais só pode ser garantido com a efetiva participação política da população através dos instrumentos de organização, de pressão e de denúncia (SILVA, 2005).

2.3 Transferências e trocas sociais

Vive-se um período de recessão econômica e crise financeira, que traz conseqüências sociais direcionadas, primeiramente, aos núcleos familiares, que procuram adaptar-se às condições adversas, mediante novas estratégias, como crédito e transferências.

As transferências podem ser efetuadas por instituições públicas ou privadas ou por pessoas, que têm como objetivo geral ajudar a melhorar as condições de vida de outros indivíduos. De acordo com Silva (1997), vários tipos de transferências têm sido identificados, tais como: herança (após a morte), “inter-vivos” (entre pessoas vivas), intragerações e, ou, entre gerações, dentro da unidade familiar e, ou, entre unidades familiares.

Segundo Motta e Scott (1983), pode-se verificar que as transferências dentro e, ou, entre unidades familiares aumentam, especialmente, quando a economia de mercado se torna instável; quando, então, essas transferências de recursos familiares tendem a ter maior impacto sobre o bem-estar socioeconômico das famílias receptoras e doadoras.

Para Dinkins *apud* Almeida (1998), as famílias e os indivíduos interagem com as pessoas em outras unidades familiares por muitas razões, uma das quais é a de fornecer ou obter ajuda para as tarefas do dia-a-dia, de forma que as demandas dos recursos possam ser atendidas. Essa ajuda pode ser transferida (transação de uma via) ou trocada (transação de duas vias), pode ser não-financeira ou financeira e voluntária ou involuntária; assim como pode ocorrer entre pessoas de diferentes gerações ou entre aquelas que pertencem à mesma geração.

De acordo com Morgan *apud* Almeida (1998), a ajuda a parentes é dada na forma de moradia, remessas regulares de dinheiro ou auxílio em ocasiões de emergência. O mesmo autor acrescenta, ainda, que a família é, até hoje, o mecanismo redistribucional de renda mais importante, mesmo em países de industrialização avançada, como os Estados Unidos, que conta com extensivos programas públicos e privados de manutenção de renda. Pode-se ainda ressaltar, como afirmam Lampman e Smeeding (1983), que as transferências interfamiliares foram mais importantes que as transferências governamentais para a manutenção da renda, alimentação e moradia, a partir da década de 1950 até a de 1980, nos Estados Unidos.

Assim, as famílias que possuem algum membro desempregado ou que atravessam uma fase de dificuldade financeira, recorrem, com muita frequência, às transferências e às trocas de serviços, para atingirem um padrão mínimo de vida. Dessa forma, transferências e trocas de serviços são estratégias de sobrevivência mais adotadas pela população, com baixo ou sem rendimento.

Na opinião de Olson e Smith (1980), a discussão passa por implicações de longo prazo das transferências de dinheiro e de serviços dos pais para os filhos, focalizando as potenciais perdas e os ganhos de doadores e receptores, respectivamente. Por exemplo, uma avó que toma conta do bebê, de modo que ambos os pais jovens possam participar na força de trabalho, renuncia ao aumento de sua renda atual, pois, assim, ela reduz sua própria contribuição para pensão e seguridade social, o que afetará sua renda futura.

Por sua vez, o conceito de “Troca Social” introduzido por Blau exclui trocas ocorridas sob coação física ou que resultem do desejo de alguém de corresponder às normas institucionalizadas. Em vez disso, refere-se a ações voluntárias de indivíduos, motivados pelos retornos que as ações possam trazer. Na análise de Blau, sobre troca e poder, encontram-se quatro recursos de poder: dinheiro, aceitação social, estima ou respeito e aprovação social. Conselhos e serviços também podem ser trocados. O lucro que uma pessoa tem com uma troca equivale à diferença entre recompensas menos custos. Assim, interação entre pessoas será contínua e positiva se os atores “lucrarem” com a interação (Byrne; Shaw e Costanzo, *apud* RAMOS, 2002).

Os teóricos da Teoria das Trocas entendem poder como “derivado da falta de balanço nas trocas sociais”. O poder está baseado na incapacidade de um dos parceiros retribuir um comportamento recompensador. Citando Emerson (1972), Ramos reafirma que em uma relação não-balanceada os menos dependentes, e conseqüentemente os mais poderosos participantes na relação (ex. pessoas de meia idade e jovens), são capazes de estabelecer uma taxa de trocas o mais favorável possível a eles. Dowd (1975) argumenta que os idosos são menos poderosos na sociedade ocidental que os jovens. Já na China, por exemplo, valoriza-se muito o acúmulo de experiência, sendo os anciãos os escolhidos para comporem os importantes Conselhos. São também os avós os encarregados da educação dos netos, evitando, dessa forma, conflitos de valores, de gerações e a competição entre os responsáveis pela educação das crianças e jovens.

Dowd argumenta também que a fonte de poder social sobre os indivíduos idosos está na sua dependência econômica e social, que é legitimada pelas persistentes normas sociais que determinam

comportamentos adultos como não apropriados para aqueles que chegaram a uma certa idade. A Teoria das Trocas encontrou seu caminho no campo do estudo sobre o envelhecimento, principalmente através de pesquisas sobre a família (RAMOS, 2002).

Citando Guillermond e Lenoir (1974), a autora argumenta que quanto maior o patrimônio cultural e econômico transmitido pelo aposentado para os filhos, maior a chance de solidificar a solidariedade na família. E acrescenta, valendo-se de estudos de Gotlieb (1984), que o bem-estar das pessoas provém de um padrão de trocas igualitárias, o que resulta em benefícios psicológicos, incluindo sentimento de autovalorização. Dessa forma, como um ponto intermediário, Neri (1999) enfatiza um outro aspecto, a interdependência, que é mais positiva, no sentido de que trocas balanceadas promovem o sentimento de equidade. A abordagem da Equidade, que é uma derivação da teoria das trocas, mostra que descompassos na troca de recursos em uma relação apresentam potentes conseqüências psicológicas. De acordo com essa teoria, dar mais que receber leva a sentimentos de injustiça e ressentimento, receber mais do que o que se dá leva a sentimentos de culpa e vergonha (ROOK, 1987).

Nye *apud* Almeida (1998) afirma que o princípio geral das trocas sociais consiste em evitar comportamento custoso entre os seres humanos, procurando-se status, relações, interações e sentimento recompensadores, com a finalidade de maximizar lucros. O autor ainda redefine o conceito de Thiebaut e Kelly (1959) sobre recompensas, como sendo “prazeres, satisfações e gratificações de que a pessoa desfruta”.

Com fins de clareza, Nye *apud* Almeida (1998) reelaborou o significado de recompensas para incluir status, relações, interação e sentimentos, que fornecem gratificações para as pessoas. Isso inclui todos os aspectos físicos, sociais e psicológicos que um indivíduo escolheria.

Ramos (2002) observa que um importante aspecto a ser considerado é que, muitas vezes, não basta um mero aumento nas relações sociais. É necessário levar em conta o caráter dessas interações. Em seu estudo, verificou que as pessoas idosas demonstram mais satisfação e bem-estar quando podem viver com cônjuges ou amigos, e não quando elas precisam viver com filhos ou parentes. Isto pode ser explicado pelo caráter voluntário das relações com pessoas que não são parentes, e com os efeitos positivos

que esse caráter pode causar. A partir dessa constatação, reafirma-se a idéia da independência nas relações sociais (GARY e ELLITHORPE, 1982). Quando as pessoas podem trocar, e mais especificamente em termos balanceados, elas não somente podem manter as relações sociais, como também aumentam o seu bem-estar físico e psicológico (RAMOS, 2002).

O fato de a interação entre o sujeito e o objeto os modificar permite que cada interação entre sujeitos individuais modifique os sujeitos uns em relação aos outros. Desse modo, toda a interação social aparecerá sob a forma de regras, de valores e de símbolos. A sociedade mesma constitui, por outro lado, um sistema de interações.

Pesquisas realizadas por Williams *apud* Almeida (1998) demonstram que a troca de bens e serviços ou as transferências de renda entre famílias são extremamente importantes na manutenção da subsistência, sobrevivência e na melhoria da qualidade de vida. Ao mesmo tempo, Mckee *apud* Almeida (1998) afirma que, embora com recursos limitados, as redes de parentesco atuam nessas situações, fornecendo ajuda financeira e de outros tipos. Elas se unem para maximizar seus recursos, às vezes esperando uma relação de reciprocidade.

Segundo Levi-Strauss (1967), o parentesco não se exprime unicamente numa nomenclatura; os indivíduos ou as classes de indivíduos que utilizam os termos se sentem (ou não se sentem, conforme o caso) obrigados, uns em relação aos outros, a uma conduta determinada: respeito ou familiaridade, direito ou dever, afeição ou hostilidade. Há, portanto, um princípio geral de obrigação implícito nos laços de “sangue”, embora as obrigações devam ser recíprocas, se a solidariedade do parentesco for mantida.

De acordo com Woortman *apud* Almeida (1998), a reciprocidade não segue imediatamente à prestação inicial, nem espera do recipiente que ele pague em favor, mas seria como se fosse ganho um crédito a ser utilizado quando necessário. Esta relação, chamada de sistema de crédito, provê outros tipos de ligações, que não as puramente familiares, mas que, por outro lado, reforçam as relações de parentesco. O referido autor diz ainda que, em todas as sociedades, as normas culturais asseguram que os membros da família têm relações e responsabilidades especiais uns com os outros.

Para Bourdieu (1987), o uso que os membros dos grupos domésticos podem fazer, nas suas estratégias de sobrevivência, do seu espaço familiar disponível, constitui-se num conjunto de práticas familiares objetivamente determinadas, não somente pelas necessidades das condições materiais presentes, mas também pelas possibilidades decorrentes de sua posição na estrutura de parentesco. Esta relação de parentesco e a interação entre indivíduos dentro de unidades familiares são, portanto, um elemento importante na geração e distribuição de renda. Embora diferenças de organizações familiares possam acarretar desigualdade, geralmente essas diferenças são de natureza compensatória e tendem a reduzir o nível de desigualdade.

No Brasil, as transferências e doações, efetuadas por instituições, públicas e privadas, ou por pessoas particulares, têm o objetivo geral de amenizar as condições de vida da população de baixa renda (MOTTA e SCOTT, 1983). O tipo de ajuda fornecida ou recebida está relacionada com o estágio do ciclo de vida em que a família se encontra, suas características socioeconômicas e demográficas, tanto dos recipientes como dos doadores (Dinkins, 1994, *apud* ALMEIDA, 1998).

De acordo com Vieira (2000), no Brasil, os idosos estão sendo levados a assumir papéis não previstos na literatura ou pelas políticas públicas. O autor confirma que as conseqüências dos ciclos de crise econômica, enfrentados pela população, como o desemprego, têm levado muitas vezes os filhos adultos a tornarem-se dependentes de seus pais aposentados. Ou seja, tem ocorrido uma inversão de papéis, uma vez que os idosos estão passando de assistidos a assistentes. Esse fenômeno tem sido cada vez mais visível na sociedade, principalmente em famílias de baixa renda.

Além do desemprego, fatores como expansão da pobreza, concentração de renda, separação, drogas e crescimento da violência têm contribuído para a dependência dos filhos em relação aos pais idosos. Camarano (2002) afirma que as famílias brasileiras que possuem pessoas mais idosas em sua composição estão em melhores condições econômicas do que as demais famílias. Segundo a autora, isso se deve ao tipo de arranjo interno e às etapas de ciclo familiar, em que existem diferentes

relações de dependência econômica entre os membros, além dos benefícios da seguridade social.

Para Agra (2002), trabalho e aposentadoria associados tornam-se objeto de questionamentos, discussões e preocupações individuais, familiares e da sociedade como um todo. O trabalho, por um lado, traz preocupações referentes ao desemprego e à desigualdade, que se fazem cada vez mais evidentes no país; e a aposentadoria gera preocupação, por contribuir para a deterioração das condições de vida dos aposentados graças à defasagem dos proventos que ocorre nessa fase. Essa última questão merece reconsideração, uma vez que o indivíduo trabalha toda a sua vida e, quando atinge a época em que a legislação lhe garante o direito de descansar, fica relegado a uma aposentadoria cujo valor é insuficiente para sua sobrevivência. Essa é a realidade da maioria da população brasileira.

Havendo oportunidade de retornar ao mercado de trabalho, o idoso terá acréscimo em seus rendimentos, aproveitando o seu potencial de trabalho, evitando cair na ociosidade, além de exercitar sua capacidade intelectual (AGRA, 2002).

Ainda, a questão do emprego tem sido objeto de estudos e discussões nas mais diversas áreas do conhecimento e nos meios de comunicação de massa em geral, pois se observa, além do desemprego de grande número de brasileiros, o fato de que inúmeros outros, já aposentados, estão retornando ao mercado de trabalho. De acordo com Camarano (2000), em 1997, 9% da população economicamente ativa no País era composta por pessoas com 60 anos ou mais, e existem projeções de que, em 2020, esse número atinja 13%. Essa necessidade de voltar ao mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, deve-se ao fato de os idosos sentirem-se responsáveis por ajudar a família, transferindo-lhe valores e serviços e também à maior expectativa de vida.

Conforme Bruschini (1990), a ajuda da família pode estar associada ao apoio econômico assegurado pela rede familiar, seja por meio de um auxílio monetário direto oferecido pelos membros mais abastados da família, seja por meio de arranjos indiretos, por exemplo: como pagamento pelos avós, de gastos com a educação, com a saúde dos netos; empréstimo de moradia e sustento garantido aos idosos pelos mais jovens, dentre outros.

Esclarece que o relacionamento entre parentes, assim como ocorre entre vizinhos e amigos, pode-se dar pela convivência e sociabilidade, tanto nos momentos de prazer (festas, visitas, ocasiões especiais) quanto nos de dor (doença, morte etc); ou mesmo quando os laços afetivos são estabelecidos e estreitados por meio de visitas, telefonemas, troca de correspondências e de presentes. Além disso, o relacionamento costuma se dar, com muita frequência, pela prestação recíproca de favores, como nos empréstimos em dinheiro, na ajuda dos afazeres domésticos, nos cuidados com as crianças, com os doentes e idosos.

Já Saad (1999), ao estudar as transferências de apoio entre gerações no Brasil, observa que as relações de troca e ajuda mútua entre pais e filhos são o principal fator que tem assegurado, ao longo da história, a sobrevivência nas idades mais avançadas, em decorrência, principalmente, da situação de carência que predomina em grande parte da população brasileira. Tal situação tem feito com que cresça o número de filhos adultos que se tem tornado de certa forma dependentes dos pais idosos. Nesses termos, tanto a casa dos aposentados quanto seus próprios parcos rendimentos de pensão têm-se transformado em valiosos e, em alguns casos, únicos proventos familiares. O referido autor arrola diversos fatores responsáveis pelas transferências intergeracionais. Entre as hipóteses, destacam-se seguro de velhice e hipótese de altruísmo: a primeira fundamentada num mercado implícito de capital familiar em que os pais investem nos filhos com doações e empréstimos; a segunda pressupõe que, quanto mais altruísta o chefe do domicílio, mais ele buscará investir na educação dos filhos por meio de doações, ou seja, sem a exigência das compensações futuras. Mas, quanto a essas transferências, trabalhos recentes utilizam a “teoria do intercâmbio social”, como marco conceitual, que tem como base as questões de troca ou de reciprocidade entre os idosos e seus familiares. A impressão deixada por esse intercâmbio é a de que existe um contrato intergeracional durante a vida familiar, em que cada membro da família desempenha um diferente papel em cada estágio da vida. Normas tradicionais somam-se a pressões sociais motivando o fluxo de apoio entre as diferentes gerações (SAAD, 1999).

Os resultados do estudo de Saad (1999) ilustram a importância do fluxo que ocorre no sentido de pais idosos ajudarem filhos adultos, embora

as transferências intergeracionais no Brasil constituam área pouco explorada no contexto da pesquisa da sociodemografia do País. Outro aspecto considerado no estudo é o fato de haver um padrão diferenciado de envelhecimento populacional nas regiões brasileiras. Parte da população urbana é forjada, em grande parte, pela migração de jovens das áreas rurais para as cidades, entretanto, as populações rurais permanecem proporcionalmente mais envelhecidas que as urbanas.

Camarano e El Ghaouri (1999) comentam que economistas e demógrafos costumam apresentar um contra-senso à visão até então explorada neste estudo, por admitirem que os idosos são indivíduos dependentes, por não participarem da produção de bens e serviços na economia, o que os leva a discutirem a associação entre envelhecimento e dependência. Nesses termos, reafirmam que o cenário do envelhecimento populacional é preocupante, por demandar mudanças no perfil das políticas públicas, estabelecendo desafios para o Estado, a sociedade e a família, posto que o idoso “gasta” mais que o jovem e que seu potencial produtivo tende a zero. Ainda, nessa perspectiva, consideram que o pensamento comum é o de que o envelhecimento acarreta uma carga para a família e o Estado, sendo o idoso considerado dependente.

Entretanto, nesse contexto, observa-se que o idoso tem-se tornado fundamental nesses mecanismos sociais de transferências e trocas. Contrariando a opinião do senso comum, as estatísticas mostram que os idosos são produtivos e que, no Brasil, os mais velhos trabalham até a idade avançada. Neri et al. (1999) ressaltam que, nas zonas rurais, homens e mulheres, mantidos pela agricultura, trabalham a vida toda.

Dados da Nutrinews (2005) mostram que 37% das pessoas, acima de 60 anos, ajudam com sua renda seus filhos e netos e, analisando os dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra do Domicílio) de 1997, chega-se à conclusão de que a renda média dos idosos é, em geral, mais elevada que a renda *per capita* dos domicílios aos quais pertencem e, por isso, a sua frequência tem um impacto positivo na redução da pobreza da família.

Segundo pesquisa de Camarano (2002), no Brasil, os idosos contribuem, em média, com 53% da renda familiar. Embora o valor da maioria das aposentadorias e pensões, pagas pela Previdência Social, seja

de um salário mínimo, essas atendem não só aos mais velhos, como também aos seus familiares, tornando os idosos um fator de equilíbrio social.

No contexto familiar, a presença do idoso, graças a sua renda mais estável, permite uma elevação do poder de compra de toda a sua família, já que a renda *per capita* média da família que possui idoso foi, em 1996, quase 200 reais maior do que daquela que não possui idoso, de acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). Entretanto, a renda relativamente estável proveniente da aposentadoria e a forte demanda dos idosos por cuidados de saúde altera substancialmente toda a estrutura dos gastos familiares. A POF mostrou que os percentuais gastos com medicamentos e serviços de saúde nas famílias com idosos foram superiores aos gastos das famílias sem idosos. Com isso, freqüentes reajustes dos medicamentos podem contribuir para a diminuição do padrão de vida do idoso de menor renda e essa redução será repassada para toda a família.

Leal (2004), analisando a realidade dos idosos, encontrou que três, em cada dez idosos brasileiros, são responsáveis por mais de 90% do total do rendimento mensal do domicílio, graças, principalmente, a suas aposentadorias. Esses números são reafirmados pela pesquisa sobre Indicadores Sociais Municipais do IBGE, que considera não serem os adultos jovens “arrimos de família”, mas os mais velhos. Além do mais, acrescenta que, em muitos casos, os idosos passam a sustentar a família, tornando-se imprescindíveis na economia familiar. Embora o IBGE ainda não tenha medido o histórico da participação dos idosos nas finanças do domicílio, nas décadas passadas, a economista do Instituto, Bárbara Cobo Soares, confirma que, em cenários de alto desemprego e trabalho informal, os rendimentos fixos das aposentadorias ganham peso. A aposentadoria dos idosos chega, em diversos lares, a constituir a única renda fixa com que a família pode contar, especialmente nas pequenas cidades.

Leal (2004) afirma, ainda, que os técnicos do IBGE encontraram cidades como Novo Mundo (MT) e Monte do Carmo (TO), onde mais de 60% dos idosos são imprescindíveis para a sobrevivência econômica de suas famílias, com contribuição de mais de 90% do total de rendimentos. De forma semelhante, em Guaraciaba (MG), verificou-se que a renda dos idosos, proveniente principalmente das aposentadorias, constitui 60% da economia do município (IBGE, 2000).

De acordo com Camarano (2002), com participação de 53% no orçamento da família, brasileiros acima de 65 anos provam a força de seu trabalho e impulsionam o país, não sendo vistos como uma “carga”, mas como fator de equilíbrio social.

Esse equilíbrio é resultado da transferência ou da ajuda. Um dos tipos de ajuda mais comum consiste no trabalho doméstico. Quando o trabalho realizado dentro de casa colabora diretamente para a reprodução da unidade doméstica, tanto por meio da socialização das crianças, da manutenção da roupa, do preparo das refeições, quanto por outros meios. Ao liberar membros familiares para trabalharem, ou até mesmo para procurarem emprego, também contribuem indiretamente para o ganho de renda. Torna-se possível reconhecer as contribuições dos membros da família para o sustento da unidade, diante do desemprego, mesmo sendo difícil quantificar e atribuir valor financeiro à ajuda recebida e proporcionada nas atividades do lar (ALMEIDA, 1998).

Nem sempre os favorecidos ou mesmo aqueles que prestam serviços sabem dimensionar apropriadamente a importância das transferências familiares, considerando a participação dos idosos nos trabalhos domésticos, pois, não sendo remunerada, esse tipo de ajuda tende a cair na rotina ou no esquecimento quanto ao seu valor e importância. Ainda, em algumas situações, a ajuda é considerada uma obrigação, já que, a partir de dívidas de favores anteriores, os familiares nem consideram que a recebem.

Entretanto, é importante observar a importância da solidariedade, outro fator muito constante na cultura brasileira, devido à tendência das pessoas muitas vezes a considerarem uma obrigação social. Os indivíduos mantêm mutuamente laços de parentesco e de solidariedade, dentro e fora da unidade doméstica, tendo como objetivos o bem-estar de seus membros e um melhor padrão de vida para todos (ALMEIDA, 1998).

Agier (1990) considera a simbologia outro fator evidente de que um homem não pode recorrer à assistência permanente da sua própria família de origem, visto que pode ser considerado um homem sem “status”. Esses fatores podem justificar a razão pela qual muitos dos entrevistados, em diversos estudos, como é o caso daqueles do estudo de Almeida (1998), não responderam às perguntas relacionadas à ajuda, recebida ou proporcionada.

Neste capítulo, em que se descreveu o envelhecimento da população no mundo e no Brasil, situando o idoso e sua aposentadoria no contexto das transferências e das trocas sociais, subsidiou a análise, inicialmente proposta, permitindo estudar o idoso do Município de Teixeiras-MG, avaliando a importância de seus proventos, a relevância de seu papel social e familiar, além do impacto da ajuda concedida aos seus familiares. Dessa forma, apresenta-se, no capítulo seguinte, a estrutura deste trabalho para, a seguir, retomar o embasamento teórico confrontando-o aos dados obtidos nesta investigação.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

A área do presente estudo corresponde ao município de Teixeira, que está localizado na Zona da Mata Mineira e integra a microrregião 192, de Viçosa, fazendo limites com os municípios de Viçosa, Ponte Nova, Amparo da Serra, Guaraciaba, Pedra do Anta e São Miguel do Anta. O município possui uma área territorial de 167,00 km², sendo a densidade demográfica de 66,8 hab/km². A população total do município é de 11.149 habitantes, dos quais 6.949 residem na zona urbana e 4.200 na zona rural (IBGE, 2000).

A economia do município se baseia nas atividades agrícola e pecuária; contando, ainda, com algumas fábricas diversificadas. A maior geradora de empregos é a Prefeitura Municipal. Não havendo indústrias na cidade de Teixeira, a renda das famílias provém, em grande parte, do trabalho e das aposentadorias ou pensões percebidas pelos mais velhos. Mesmo que jovens e adultos de meia-idade também contribuam para os orçamentos familiares, é crescente, pelos motivos já apresentados, a participação do idoso na renda familiar. Só no Banco do Brasil há um total de 1.681 beneficiários do INSS com mais de 60 anos que representam mais de dez por cento da população do município, cujo montante dos benefícios

atinge o valor de R\$437.250,30 por mês, o que representa uma média de R\$260,11 por aposentado ou pensionista (Comunicação Pessoal, 2005⁶).

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IPEA, 2003), no período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 23,91%, passando de 54,80 (por mil nascidos vivos) para 41,70 (por mil nascidos vivos) e a esperança de vida ao nascer cresceu 9,5, passando de 60,37 anos em 1991, para 66,12 anos, em 2000. Nesse mesmo período, o acesso a serviços básicos e bens de consumo aumentou e o nível de analfabetismo diminuiu de 28,30% (1991) para 17,40% (2000).

Quanto aos indicadores de renda, pobreza e desigualdade, a renda *per capita* média do município de Teixeira cresceu 65,74%, passando de R\$103,71 (1991) para R\$171,89 (2000). A pobreza, medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$75,50 (setenta e cinco reais e cinquenta centavos), equivalente à metade do salário mínimo, vigente em agosto de 2000, diminuiu 25,80%, passando de 62,20% (1991) para 46,10% (2000). Entretanto, a desigualdade na distribuição de renda cresceu, uma vez que o Índice de Gini⁷ passou de 0,54, em 1991, para 0,60, em 2000 (PNAD/IPEA, 2003).

Ainda que no período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal de Teixeira tenha crescido 17,11%, passando de 0,608 para 0,712, a dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a educação, (com 42,40%), seguida pela longevidade (com 30,50%), e pela renda (com 27%). Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH (ou seja, 1 – IDH)) foi reduzido em 26,5% (PNAD/IPEA, 2003).

⁶ Dados obtidos na Agência Local do Banco do Brasil, em Consulta Pessoal à funcionária Sra. Nívea Maria Fonseca, em fevereiro de 2005, para fins da pesquisa.

⁷ O Índice de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda, mas que pode ser utilizada para medir o grau de concentração de qualquer distribuição estatística. Assim, pode-se medir grau de concentração ou de desigualdade da distribuição de renda em uma população, o grau de concentração de posse da terra em uma região, da distribuição da população urbana de um país pelas cidades, de uma indústria, considerando o valor da produção ou o número de empregados de cada empresa etc.

3.2 População e amostra

O cadastramento feito pelo Programa de Saúde da Família (PSF), unidade de Teixeira, em 2004, demonstra que a população idosa do município é composta, atualmente, por um total de 1.475 indivíduos com 60 anos e mais. Considerando-se as informações do IBGE (2000), de que a população total e residente no município de Teixeira era de 11.149 indivíduos, pode-se notar que a proporção de idosos, residentes no município de Teixeira e cadastrados pelo PSF, representa 13,22% da população total. Assim, observa-se que o crescimento da população idosa de Teixeira acompanha o atual processo de envelhecimento populacional e atinge níveis bem próximos da porcentagem de idosos na população brasileira.

De acordo com o cadastro do PSF (2004), dos 1.475 idosos do município de Teixeira, 844 (57,20%) residem na zona urbana e 631 (42,80%) na zona rural; 773 (52,40%) são do sexo feminino e 702 (47,60%) do sexo masculino; 963 (65,30%) são usuários do Programa de Saúde da Família e 512 (34,70%) não o usam; 101 (6,80%) encontram-se acamados e 56 (3,80%) inconscientes. Do total de indivíduos idosos residentes no município, 19 encontram-se institucionalizados, vivendo atualmente no Asilo São Vicente de Paulo.

A partir do cadastro dos idosos do município de Teixeira, feito pelos agentes do PSF, foi obtida, aleatoriamente, uma amostra de cerca de 7%⁸ desta população, o que correspondeu a 96 indivíduos, 25 residentes na zona rural e 71 no perímetro urbano, para serem entrevistados, procurando garantir-se uma amostra significativa da população idosa do município de Teixeira.

Uma vez que não foi objetivo desta pesquisa realizar uma amostragem intencional de acordo com o gênero do participante, neste estudo, foram entrevistados 62,50% de mulheres e 37,50% de homens, o

⁸ - A pesquisa foi iniciada com 100 participantes: 40 homens e 60 mulheres. Houve impedimento de continuidade da pesquisa com 4 homens que participaram dos três primeiros encontros e que por motivos particulares não participaram das demais fases da entrevista. Decidiu-se por não fazer substituição dos mesmos, ficando, portanto, a amostra com 96 participantes.

que não corresponde à proporcionalidade obtida nos dados do PSF que registram 52,40% de população idosa feminina, e 47,60% de masculina.

3.3 Coleta de dados

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo exploratório, tendo sido subsidiada pelas informações gerais encontradas na literatura, a respeito principalmente do perfil sociocultural e econômico do idoso e de sua participação na renda familiar.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas, com aplicação de questionários semi-estruturados, contendo questões objetivas e subjetivas. As entrevistas foram conduzidas por uma equipe composta pela pesquisadora e um grupo de estudantes do Curso Normal Superior da UNIPAC (Universidade Presidente Antônio Carlos) de Teixeiras, devidamente treinado.

3.4 Descrição e operacionalização das variáveis

As variáveis selecionadas, para fazer a caracterização e análise da participação do idoso na economia doméstica, foram agrupadas de acordo com os objetivos do estudo:

3.4.1 Perfil socioeconômico e demográfico do idoso

As características demográficas e socioeconômicas, referentes ao perfil do idoso e de sua família, foram dimensionadas pelas seguintes variáveis: sexo (masculino /feminino), idade (em anos), estado civil (casado, separado, viúvo), escolaridade (última série cursada), saúde (acamado ou ativo), condições de residência, opções de lazer preferidas, última ocupação, fontes de renda (em reais) do idoso e fontes de renda e ocupação da família.

Em termos do *“habitat familiar”* ou condições de residência foram consideradas as variáveis que dizem respeito à localização da habitação

(rural ou urbana), condição da residência (casa própria, de parentes, alugada ou cedida), e identificação dos familiares que moram com o idoso.

As variáveis concernentes ao perfil da família do idoso foram: tamanho da família (nº), tipo de membros (por faixa etária e sexo) e número de membros ocupados e renda percebida (em reais) pelas famílias; número de membros desempregados e dependentes da renda familiar.

3.4.2 Transferências feitas pelos idosos a suas respectivas famílias

A variável Transferência de Recursos foi dividida em duas categorias: ajuda em dinheiro e sua participação (em %) na renda total familiar; além da ajuda na forma de prestação de serviços. A operacionalização dessas variáveis foi a seguinte:

- Ajuda em dinheiro em valor (reais), seu destinatário, e a frequência da doação (número de vezes por mês).
- Ajuda na forma de Serviços, em termos de: cuidado humano (olhar crianças ou outro membro que necessite de cuidados especiais), manutenção do lar (consertos em geral), trabalhos domésticos (refeições, limpeza, organização da casa, quintal, jardim), cuidado com animais e outros.
- Repercussões da ajuda do idoso no bem-estar de sua família: medido com base nos depoimentos dos entrevistados.

3.4.3 Importância atribuída pelo idoso ao seu papel social e familiar

Buscou-se identificar o valor atribuído às transferências: o grau de importância atribuído pelo idoso à ajuda oferecida por ele à sua família, por meio de uma escala de 1 a 3, sendo os graus de importância: sem importância, importante, muito importante. Foi observada, também, a visão sobre a atual situação do idoso na família e na sociedade.

3.4.4 Retorno econômico e subjetivo recebido pelo idoso em troca da ajuda prestada aos familiares

Quanto ao retorno econômico percebido pelo idoso, investigou-se se este ocorre em forma de moradia, transporte, assistência médica e outros (por ele especificados). Por sua vez, o retorno subjetivo foi dimensionado em função das visitas recebidas pelo idoso, do lazer, carinho, entre outros.

3.5 Procedimento de análise dos dados

Os dados quantitativos foram analisados por meio de métodos estatísticos descritivos, fazendo-se uso de médias e frequências simples, além da utilização de dados de narrativas como parâmetros para organização de tabelas, fundamentando-se os resultados obtidos no referencial da literatura pesquisada.

Após a devida codificação, os dados foram tabulados e processados por meio do programa de Sistema para Análises Estatísticas – SAEG (Universidade Federal de Viçosa, 2003). A facilidade e a flexibilidade de uso deste programa possibilitaram o controle estratégico dos dados.

As questões subjetivas foram analisadas pelo método qualitativo, que permite ao pesquisador entender os fenômenos conforme as perspectivas dos participantes, da situação estudada e a partir daí situar sua interpretação do fenômeno observado, ancorando-se também no referencial teórico pesquisado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, é apresentado o perfil socioeconômico e demográfico do idoso participante deste estudo, explicitando-se, principalmente, nível de formação educacional, última ocupação e condições atuais de moradia. Seguiu-se a análise das transferências feitas pelos idosos a suas respectivas famílias, a importância atribuída pelo idoso ao seu papel social e familiar e o nível de comprometimento dessa doação. Finalmente, avaliou-se o retorno econômico e subjetivo recebido pelo idoso em troca da ajuda prestada aos familiares e como o mesmo se vê nesta situação de troca.

4.1 Perfil socioeconômico e demográfico do idoso

A análise das características socioeconômicas e demográficas dos entrevistados, conforme demonstrado nos Quadros de 1 a 16, endossa as estatísticas encontradas na literatura referentes ao perfil do idoso em um município que conta com pouco mais de 11.000 habitantes, de costumes ainda bem tradicionalistas e provincianos.

Foram entrevistadas 60 mulheres (62,50%) e 36 homens (37,50%), conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Gênero dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Sexo	Frequência	
	Nº	%
Feminino	60	62,50
Masculino	36	37,50
Total	96	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à faixa etária, dados do Quadro 2 mostram que a maioria dos idosos possui entre 64 e 75 anos, 63,89% e 58,33% dos homens e mulheres, respectivamente. Esses dados revelam que é maior o percentual de mulheres que possuem acima de 76 anos, demonstrando a existência de maior longevidade feminina. Esse resultado está condizente com as estatísticas do PSF, bem como com a literatura, que mostram que a longevidade feminina é maior que a masculina. Por exemplo, de acordo com os dados do IBGE, havia no Brasil, em 2002, cerca de 16 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, representando 9,30% da população, sendo 56% deste total, mulheres. Nota-se com isso um dos fenômenos típicos da velhice em todo o planeta, ou seja, a feminização. Esse processo também não deixa de ocorrer no Brasil, pois as mulheres têm uma expectativa de vida bem maior do que a masculina.

Quadro 2 - Idade segundo sexo dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Faixa etária	Frequência			
	Homens (N = 36)		Mulheres (N = 60)	
	Nº	%	Nº	%
de 64 a 69	8	22,22	21	35,00
de 70 a 75	15	41,67	14	23,33
de 76 a 81	7	19,44	14	23,33
de 82 a 87	5	13,89	9	15,00
acima de 87	1	2,78	2	3,34

Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito ao estado civil, como evidenciado no Quadro 3, foi significativo o percentual de mulheres casadas (56,67%) comparado ao de homens (25,00%); predominando neste gênero os viúvos (69,44%). Apenas duas mulheres (2,08%) são separadas, sendo os demais solteiros, o que significa que o maior contingente desses aposentados se insere em uma unidade familiar, provendo, total ou parcialmente, a si mesmo e ao seu lar. Trata-se de uma geração que acredita no casamento como instituição indissolúvel, sob grande influência da igreja, da família e da própria educação paterna.

Em termos de estado civil, pesquisas têm demonstrado que as pessoas casadas têm melhor saúde que outras com outros estados civis (Cockerham, 1991, citado por RAMOS, 2002). Segundo dados do IBGE (2002), entre as pessoas de 60 anos ou mais, o percentual de pensionistas homens (0,80%) é bem inferior ao de mulheres (20,70%), devido à quantidade de viúvas nessa faixa etária. Destaca-se também o percentual de mulheres que acumulam a condição de aposentadas e pensionistas (8,80%), superior ao dos homens (1,10%). Neste estudo, entretanto, observou-se que o percentual de homens viúvos (69,44%) é significativamente superior ao de mulheres viúvas (31,67%).

Quadro 3 - Estado civil dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Estado Civil	Frequência			
	Homens (N = 36)		Mulheres (N=60)	
	Nº	%	Nº	%
Solteiro	1	2,77	5	8,33
Casado	9	25,00	34	56,67
Viúvo	25	69,44	19	31,67
Separado	0	0,00	2	3,33
Não responderam	1	2,77	0	0,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao grau de escolaridade, evidencia-se um baixo nível de escolaridade ou de formação acadêmica dos aposentados, uma vez que a

grande maioria (83,33% dos homens e 73,33% das mulheres) é alfabetizada, mas não cursou o fundamental completo (Quadro 4).

Quadro 4 – Grau de escolaridade segundo sexo dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Grau de escolaridade	Frequência			
	Homens (N= 36)		Mulheres (N=60)	
	Nº	%	Nº	%
Analfabeto	1	2,78	1	1,67
Fundamental incompleto	30	83,33	44	73,33
Fundamental completo	5	13,89	7	11,66
Médio incompleto	-	-	-	-
Médio completo	-	-	3	5,00
Superior incompleto	-	-	1	1,67
Superior completo	-	-	1	1,67
Não responderam ou não sabem	-	-	3	5,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Esses dados são muito positivos, quando comparados àqueles do IBGE (2000) que confirmam ser hoje difícil para o idoso se adaptar às exigências do mundo moderno, dada a “deficiência educacional desta geração, de uma época em que freqüentar escola era um privilégio de poucos”. O alto índice de analfabetismo atinge 5,1 milhões de idosos no país, sendo que na Região Nordeste concentram-se as maiores proporções, que atingiam 56,1% em 2000. Entretanto, há grande discrepância entre os dados regionais, pois enquanto a média de anos de estudos dos idosos da cidade de Niterói (no Rio de Janeiro) é de 8,2 anos, no Piauí, nos municípios de Barra de Alcântara e de Novo Santo Antônio, os idosos têm uma média de 0,2 anos de estudo. O analfabetismo funcional, entre indivíduos com menos de 4 anos de estudo, atinge 59,4% dos idosos responsáveis pelos domicílios brasileiros (IBGE, 2000). O mesmo documento revela que o crescimento da alfabetização foi de 16,1%, em relação a 1991.

Segundo Oliveira et al. (1989), existe uma associação entre o grau de escolaridade e a posição na ocupação, de forma que as funções desempenhadas pelos homens na vida produtiva vêm agrupando os

analfabetos junto aos com primário incompleto e aos com 11 anos e até mais de estudo, significando que a qualificação é um fator importante para inserção do idoso no mercado de trabalho. Assim, aqueles de nível educacional extremamente baixo tendem a aceitar qualquer tipo de trabalho precário, de forma a atender as suas necessidades de renda. A maior escolaridade entre as mulheres define um maior nível de participação no trabalho (OLIVEIRA et al. 1999).

Neste estudo, observou-se que o baixo nível de escolaridade faz com que as mulheres idosas se ocupem, predominantemente (mais de 90%), com os trabalhos domésticos, na prestação de serviços desempenhados. Por ocasião das entrevistas, percebeu-se um caso de vaidade feminina em que a idosa conversava fluentemente, demonstrando ser agradável com os interlocutores e engajada na vida familiar, mas omitindo ser analfabeta. A filha dessa senhora confidenciou que esta lacuna era “a grande tristeza da vida de sua mãe.”

Observa-se, entretanto, que, apesar de baixo o nível de escolaridade entre os entrevistados, o índice de analfabetismo é baixíssimo, da ordem de 2%, muito aquém dos dados da recente pesquisa do PNAD – IBGE, que mostra grande queda no índice de analfabetismo no país, nos últimos dez anos (1992 a 2002). Ainda assim, em 1992, o número de analfabetos correspondia a 16,4% da população, tendo caído para 10,9%, em 2002. É inegável o grande avanço em termos de erradicação do analfabetismo no Brasil, mas é ainda muito significativo o índice, em relação à população idosa deste estudo que se mostra privilegiada numa cidade interiorana do estado de Minas Gerais.

Os dados mostram, ainda, que o nível de escolaridade da população investigada é menor entre os homens, comparando-se ao das mulheres.

No que se refere ao nível de atividade, os dados do Quadro 5 mostram que 97,22% de homens e 91,67% de mulheres encontram-se na ativa, estando apenas 1 homem e 5 mulheres acamados. Estes dados são muito positivos para este estudo, pois sugerem que a qualidade da vida do idoso que vive em família é mais saudável, uma vez que dados do PSF apontam que mais de 10% da população idosa encontra-se inativa (acamada ou inconsciente). Esses dados demonstram, também, o avanço da medicina e a melhoria da assistência à saúde dos idosos.

Quadro 5 – Nível de atividade segundo sexo dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Estado de saúde (atividade)	Frequência			
	Homens (N= 36)		Mulheres (N=60)	
	Nº	%	Nº	%
Acamado	1	2,78	5	8,33
Ativo	35	97,22	55	91,67

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere à localização de moradia e às condições de residência dos entrevistados, em conformidade com o Quadro 6, os idosos residem preferencialmente no perímetro urbano do município (73,95%). Na entrevista, constatou-se que diversos aposentados são provenientes da zona rural, onde trabalharam e moraram por muitos anos, mas depois da aposentadoria optaram por mudança de moradia para a zona urbana, facilitando acesso a bancos, para recebimento dos proventos, além de ficarem mais acessíveis a atendimentos médicos e de saúde, em geral. Estes dados ilustram os de Goldani (1994), ao afirmar que a maioria dos idosos se concentra nas áreas urbanas e são do sexo feminino.

Quadro 6 – Localização da residência dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Zona	Frequência	
	Nº	%
Rural	25	26,05
Urbana	71	73,95
Total	96	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito à situação de posse do imóvel, observou-se que mais de 80% dos entrevistados não têm despesas com moradia. Um total de

73,96% possui casa própria, sendo, portanto, baixa a porcentagem de idosos que residem em casa própria de parentes; em residência cedida; e em imóvel alugado (Quadro 7).

Quadro 7 – Condição de residência dos idosos entrevistados – situação do imóvel, Teixeira-MG, 2006

Situação de posse do imóvel	Frequência	
	Nº	%
Casa própria do entrevistado	71	73,96
Casa própria do parente	7	7,29
Alugada	7	7,29
Cedida	6	6,26
Não responderam	5	5,20
Total	96	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

A situação de posse do imóvel pelos idosos entrevistados está coerente com os resultados da pesquisa de Peixoto (2004), em que a autora afirma que os atuais idosos possuem casa própria, tendo vivido períodos econômicos mais favoráveis à aquisição de um patrimônio, inclusive com programas governamentais de financiamento de imóveis. A autora comenta, também, que, dada a dificuldade de hoje os jovens adquirirem um patrimônio, os idosos de amanhã serão possivelmente locatários no futuro.

Nesse mesmo sentido, relata Camarano (1999), ao considerar que os idosos de hoje, na sua época produtiva, vivenciaram um mundo de trabalho seguro, que a estabilidade no emprego caracterizava o mercado de trabalho. Esse momento positivo da economia brasileira foi paralelo à universalização do direito à aposentadoria, tanto nas áreas urbanas quanto rurais. O acesso à casa própria era relativamente mais fácil, dada a estabilidade da renda, além dos programas governamentais de financiamento disponíveis, à época, como o Banco Nacional de Habitação. Hoje, principalmente, por causa da redução do poder aquisitivo, adquirir a casa própria tem-se tornado cada vez mais difícil.

A pesquisa revelou, também, que poucos idosos (16,66%) moram sozinhos. Portanto, a grande maioria (83,44%) reside com cônjuge e, ou filhos ou com parentes (Quadro 8).

Quadro 8 – Condição de moradia dos idosos entrevistados – companhia, Teixeira-MG, 2006

Com quem mora o idoso	Frequência	
	Nº	%
Sozinho	16	16,66
Com cônjuge e, ou filhos	40	41,67
Com parente	40	41,67
Total	96	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

O número dos membros de familiares que moram com o idoso revela que as famílias são predominantemente pequenas, pois a maior parte (63,54%) mora com apenas mais uma (20,83%), duas (23,96%) ou três (18,75%) pessoas (Quadro 9). As famílias mais numerosas, compostas de mais de cinco membros, contando-se com o idoso, somam apenas 10,50%.

Quadro 9 – Número de membros da família que moram com o idoso, Teixeira-MG, 2006

Número de membros	Frequência	
	Nº	%
1	20	20,83
2	23	23,96
3	18	18,75
4	9	9,38
5	5	5,21
6	3	3,13
7	2	2,08
0 (Vivem sozinhos)	16	16,66

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao todo são 213 os familiares dos 80 idosos que com eles convivem, sendo 51,17% do sexo masculino e 48,83% do sexo feminino. Isto equivale dizer que, excetuando-se os 16 idosos que vivem sozinhos, a média geral é de cerca de 2,5 moradores por família, um número bastante reduzido, considerando-se as numerosas famílias em que nasceram, porém compatível com o tamanho reduzido das famílias dos tempos atuais.

Conforme dados do Quadro 10, essa convivência dos idosos se dá predominantemente com o cônjuge, filhos, netos, genros e noras. Exceto os 16,66% dos idosos que são sozinhos e 7,05% que moram com cunhados, e 13,15% com genros e noras; a maioria dos entrevistados (59,62%) mora com parentes consangüíneos: filhos, netos; bisnetos; sobrinhos; irmãos e primos.

Quadro 10 – Identificação dos membros da família que moram com o idoso, Teixeira-MG, 2006

Membros	Frequência	
	Nº	%
Cônjuge	43	20,18
Filhos	35	16,43
Netos	30	14,08
Bisnetos	10	4,70
Genros e noras	28	13,15
Sobrinhos	19	8,92
Cunhados	15	7,05
Primos	13	6,10
Irmãos	20	9,39

Fonte: Dados da pesquisa.

Esse tipo de convivência reflete nas opções de lazer apreciadas pelos entrevistados (Quadro 11), que se distribuem entre as familiares e coletivas, ficando as individuais como ouvir rádio, ler, costurar, descansar e fazer trabalhos manuais limitadas a uma pequena porcentagem, principalmente considerando que alguns entrevistados assinalaram duas ou três preferências.

As preferências dos idosos quanto às formas de lazer, de acordo com o sexo, mostram que aquelas sem custos ou de baixo custo tiveram significativa preferência entre os entrevistados. As opções de lazer incluem práticas muito simples, tranquilas, próprias para a idade, comuns e possíveis em cidade do interior, sem muitas opções de atividades recreativas, por não se poder contar com promoção de eventos criativos, como teatros, solenidades artísticas, nem mesmo cinema. Assistir TV, participar de jogos de mesa, participar de atividades religiosas e realizar passeios são as atividades de lazer preferidas entre os entrevistados.

Quadro 11 – Formas de lazer preferidas, segundo sexo dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Formas de lazer	Frequência			
	Homens (N= 36)		Mulheres (N=60)	
	Nº	%	Nº	%
Ouvir rádio (música, notícias etc.)	1	2,77	1	1,66
Passear	-	-	11	18,33
Fazer compras	-	-	-	-
Descansar	1	2,77	5	8,33
Conversar com amigos e vizinhos	-	-	5	8,33
Dançar	1	2,77	1	1,66
Participar de grupo de convivência da Terceira Idade	-	-	2	3,33
Assistir TV	13	36,11	22	36,66
Viajar	-	-	1	1,66
Ir a festas	-	-	1	1,66
Participar dos compromissos religiosos	2	5,55	17	28,33
Participar da militância política	1	2,77	-	-
Participar de jogos de mesa (baralho, dama, xadrez, sinuca e outros)	13	36,11	3	5,00
Pescar	1	2,77	-	-
Estar com a família	-	-	5	8,33
Praticar esportes	4	11,11	2	3,33
Dormir	1	2,77	-	-
Ler	3	8,33	2	3,33
Costurar	-	-	1	1,66
Fazer trabalhos manuais	-	-	6	10,00
Beber	1	2,77	-	-

OBS: O total é maior do que 100% porque há mais de uma opção assinalada por entrevistado.

Fonte: Dados da pesquisa.

Essas atividades mais recorrentes têm na televisão um grande número de adeptos, dada a variedade de programação, de cores, ludicidade e principalmente em função da inserção da personagem idosa em propagandas e publicidades de produtos, serviços e alternativas de vida, que atraem essa clientela cada vez mais. Esse poderoso veículo de comunicação tem monopolizado atenções, por exibir uma série de atividades que eram predominantemente presenciais, a exemplo dos desfiles de carnaval, futebol, missas e uma série de programações religiosas incluindo bençãos, musicais, reflexões etc. A televisão vem oferecendo, também, nas novelas e minisséries espaço para se pensar a situação do idoso no atual contexto social; evidenciando, inclusive, quebras de tabus em relação à sexualidade (explorou-se na novela *Belíssima*, veiculada pela Rede Globo de televisão, ano de 2006, por exemplo, a vida sentimental de alguns casais e de solteiros idosos). Nesse sentido, é interessante lembrar as abordagens de Silva (2005) e Duarte (1999), ao estabelecerem diferenças entre a idade cronológica, psicológica e a biológica dos indivíduos idosos.

A participação em jogos de mesa constitui um canal lúdico de identidade do idoso. Essa atividade está associada com o seu passado, as suas origens, tendo sido esses um dos mecanismos de lazer mais utilizados, há décadas, quando havia poucas opções de diversões. Esses jogos não têm custos, demandando apenas alguma base para serem jogados. Esta base é, habitualmente, uma mesa. Mas nada impede que sejam disputados, por exemplo, no chão, sobre um banco, no capô de um jipe, ou em outro local, conforme relato de um entrevistado. Alguns requerem um tabuleiro para serem disputados, outros apenas o apoio e um outro acessório simples, como papel e lápis para algum tipo de contagem. Dentre esses últimos predominam o baralho, os dominós e os dados.

Outra atividade de lazer mencionada pelos idosos foi a participação em compromissos religiosos. A religiosidade foi a primeira forma de lazer encontrada desde a Idade Média entre os monges. Refletir para resgatar-se espiritualmente e descansar das atividades físicas, desenvolvidas por um determinado período, é prática constante entre os idosos das pequenas cidades. Incluem-se entre estes os hábitos das missas, novenas e acompanhamento de procissões. Esta é, portanto, uma manifestação de

conforto que proporciona bem-estar aos idosos que a utilizam, ainda, para repassar valores espirituais aos descendentes.

As opções de lazer preferidas pelos idosos têm associação com as atividades exercidas profissionalmente. Assim, da mesma forma que nas ocupações dos idosos predominam as atividades domésticas, no lazer predominam assistir TV e jogos de mesa.

De acordo com os dados do Quadro 12, predominam entre as últimas ocupações dos idosos, na ativa, as funções de empregados domésticos (22,92%) e agricultores (18,75%), sendo os demais funcionários públicos (12,50%); autônomos (12,50%) e donas de casa (12,50%), em igual proporção. Esses dados evidenciam a falta de opções de trabalho no município, bem como a pouca instrução escolar.

Quadro 12 – Última ocupação na ativa dos idosos entrevistados, Teixeiras-MG, 2006

Ocupação	Frequência	
	Nº	%
Funcionário público	12	12,50
Autônomo	12	12,50
Agricultor	18	18,75
Empregado (a) doméstico (a)	22	22,92
Dona-de-casa	12	12,50
Não informaram	20	20,83
Total	96	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa situação laboral reflete sobre os baixos rendimentos dos idosos, apresentados no Quadro 13, uma vez que 90,62% dos entrevistados percebem menos de R\$ 800,00 (2,3 salários mínimos vigentes) dos quais 30,21% não ultrapassam R\$ 300,00 (equivalente ao mínimo, por ocasião da realização da pesquisa).

Quadro 13 – Renda percebida pelos aposentados e pensionistas entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Faixa de renda (em R\$)	Frequência	
	Nº	%
até 300	29	30,21
301 a 800	58	60,42
801 a 1.300	6	6,25
1301 a 1.800	2	2,08
1801 a 2.300	1	1,04
acima de 2.300	-	-
Total	96	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Apenas 3,13% contam com um vencimento entre R\$ 1.301,00 e R\$ 2.300,00. Considera-se que a baixa renda dos idosos esteja diretamente relacionada ao baixo índice de escolaridade e à falta de opção de reintegração no mercado de trabalho, principalmente em cidades menores, conforme abordado por Oliveira et al. (1999). Este é um fator agravante da qualidade de vida, pois o fator socioeconômico tem sido, em estudos de saúde, uma significativa causa de morte em todas as idades, principalmente entre idosos e crianças, no primeiro ano de vida (RUIZ, 2003).

O rendimento percebido pelo idoso é principalmente oriundo da aposentadoria (69,79%), como pode ser evidenciado no Quadro 14. As outras opções de renda são derivadas da pensão (27,08%), do trabalho (11,46%), do aluguel (2,08%) ou juros (1,04%). Assim, a grande maioria (96,89%) obtém sua renda predominantemente da pensão ou da aposentadoria⁹.

De acordo com Oliveira et al. (1999), os idosos que estão na ativa, sem remuneração, poderiam estar engajados no mercado de trabalho.

⁹ - **Aposentadoria:** remuneração paga ao servidor que saiu da atividade por invalidez ou por tempo de serviço. **Pensão:** remuneração paga a dependentes (beneficiários) de servidor falecido, esteja ele na atividade ou não e que foi contribuinte do sistema previdenciário. <http://www2.prefeitura.sp.gov.br/>. O aposentado só perde seu benefício quando vem a falecer. Já o pensionista deixará de receber quando se casar ou passar a conviver maritalmente. No caso de pensionista (filho (a) de servidor) também quando completar a maioridade. Neste estudo, não houve a preocupação em estudar distintamente a origem das rendas e como elas se acumulam, pelo fato de o objeto da pesquisa ser a transferência do idoso.

Entretanto, o mercado de trabalho tem-se tornado crítico, preconceituoso e saturado, para empregar não só idosos, mas quaisquer candidatos a partir de 40 anos de idade, mesmo em concursos públicos, o que levou o Senador Jefferson Peres a tramitar dois projetos de lei no Senado, instituindo incentivo fiscal a empresas que possuírem pelo menos 30% de seus empregados com idade superior a 40 anos (O JORNAL, 2005). Essa situação provoca o surgimento de um conflito de idades em que se camufla o conflito de classes, deflagra-se o conflito de gerações, de forma que o acesso do jovem ao emprego fica dependente da saída do trabalhador mais antigo, provocando nesse a certeza do risco de seu meio de subsistência.

Quadro 14 - Origem da renda dos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Origem da renda	Frequência	
	Nº	%
Pensão	26	27,08
Aposentadoria	67	69,79
Trabalho	11	11,46
Aluguel	2	2,08
Juros	1	1,04

OBS: O total é maior do que 100% porque há mais de uma opção assinalada por entrevistado, ou seja, o idoso é aposentado ou pensionista e trabalha ou têm um aluguel, ou tem juros a receber.

Fonte: Dados da pesquisa.

O predomínio da pensão e da aposentadoria, como fontes de renda do idoso, evidencia a falta de oportunidades no mercado de trabalho, uma vez que, na população entrevistada, o número de inválidos e improdutivos é insignificante. Além disso, apenas 11,46% dos entrevistados tinham acesso às atividades remuneradas, confirmando-se o baixo número de emprego entre os idosos do município, realidade já constatada em estudo realizado por Oliveira et al. (1999).

De acordo com Agra (2002), o retorno do idoso ao mercado de trabalho após a aposentadoria é importante, pois, além de aumentar os rendimentos, contribui para evitar a ociosidade e a utilização do potencial de

trabalho implica aproveitamento da capacidade intelectual. A referida autora, citando Gomes (2001), observa que, à medida que o indivíduo envelhece, sua capacidade intelectual torna-se mais aguda e mais seletiva.

A falta de integração do idoso ao mercado laboral repercute sobre a renda familiar, considerando o peso significativo da pensão e aposentadoria no rendimento familiar. Assim, conforme dados do Quadro 15, cerca de 1/3 das unidades familiares percebem uma renda de apenas R\$ 300,00 (equivalente ao salário mínimo, então, vigente). Em relação à renda familiar total, 17 entrevistados não declararam a renda de seus familiares. Sugere-se que esse comportamento decorra da timidez, do receio de comprometimento quanto aos familiares ou mesmo falta de conhecimento acerca dessa informação.

Quadro 15 – Valor da renda das famílias dos idosos, Teixeira-MG, 2006

Valor em reais	Frequência	
	Nº	%
Até 300	32	33,33
301 a 800	19	19,79
801 a 1.300	17	17,71
1.301 a 1.800	8	8,33
1.801 a 2.300	3	3,13
Moram sozinhos	16	16,67
Não respondeu	1	1,04

Fonte: Dados da pesquisa.

Além dessas razões, acredita-se, mediante comportamento dos entrevistados, durante a coleta de dados, que o idoso seja muito modesto e bastante preservador das particularidades pessoais e familiares. Observou-se, pelas respostas transcritas, que apenas 11,46% das famílias (dos 82,29% dos que responderam e não moram sozinhos) possuem uma renda acima de R\$1.300,00; outros cerca de 20% contam com um a no máximo dois e meio salários (R\$ 301 a 800) familiar, confirmando a baixa renda familiar.

A importância da renda do idoso para as unidades familiares pode ser evidenciada quando se observa o tipo de ocupação dos demais membros da família. Entre os familiares dos 96 entrevistados (ou seja, de 80, pois 16 moram sozinhos), 13 homens (36,11%) e 8 mulheres (13,33%) também são aposentados; tendo sido identificados 55 estudantes menores, 42 membros desempregados e 11 donas de casa que, obviamente, não possuem renda. Além disso, existiam 26 autônomos, 1 diarista, 1 profissional liberal e 15 agricultores, que se incluem no grupo de profissionais de renda instável. Como assalariados, havia 15 funcionários públicos, 12 empregados domésticos, 9 balconistas, 4 agentes de saúde e 1 servente de pedreiro (Quadro 16). Este perfil ocupacional da família do idoso evidencia as razões da renda ser relativamente baixa, considerando-se o tamanho das famílias descrito no Quadro 9.

Quadro 16 – Ocupação dos membros da família do idoso -Teixeiras-MG, 2006

Ocupação	Frequência			
	Família dos Homens (N= 36)		Família das Mulheres (N=60)	
	Nº	%	Nº	%
Aposentado e pensionista	13	36,11	8	13,33
Funcionário público	4	11,11	11	18,33
Autônomo	20	55,55	6	10,00
Profissional liberal	1	2,77	-	-
Agricultor	11	30,55	4	6,66
Empregado (a) doméstico (a)	-	-	12	20,00
Dona-de-casa	-	-	11	18,33
Estudante menor de idade	31	86,11	24	40,00
Balconista	3	8,33	6	10,00
Agente de saúde	1	2,77	3	5,00
Servente de pedreiro	1	2,77	-	-
Diarista	-	-	1	1,66
Desempregado	24	66,67	18	30,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, de acordo com as ocupações dos membros das famílias dos aposentados, contando aqueles que possuem renda variável ou instável

(autônomos, servente e agricultor), somam-se 213 pessoas que vivem da renda do idoso e de seu cônjuge e de mais 105 membros com ocupação, permanente ou não, mas remunerados. Isto equivale dizer que os aposentados auxiliam no sustento de pelo menos mais 108 familiares não-remunerados.

4.2 Transferências feitas pelos idosos a suas respectivas famílias

Neste item, procurou-se analisar as formas de transferências e doações feitas pelo idoso aos seus familiares, bem como a importância e o nível de comprometimento dessas doações, avaliando-se, também, a frequência e a finalidade da ajuda.

Os dados do Quadro 17 corroboram dados do IBGE (2000) de que, tendo a maioria dos aposentados uma renda fixa, a sua participação nos orçamentos é determinante na subsistência e no bem-estar dos familiares.

Quadro 17 – Parcela da renda empregada no orçamento familiar pelos idosos entrevistados, Teixeira – MG, 2006

Parcela de renda	Frequência	
	Nº	%
até 300	57	59,38
301 a 600	18	18,75
601 a 900	7	7,29
901 a 1200	2	2,08
1201 a 1500	1	1,04
Não informaram ou não sabem	11	11,46
Total	96	100,00

Obs.: O salário mínimo da data da entrevista era de R\$300,00.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que 59,37% dos idosos participam com até R\$ 300,00 da renda no orçamento familiar, ultrapassando significativamente os dados médios de Camarano (2002) que encontrou 53% de participação em seus estudos. Os resultados apontam, ainda, que 18,75% desses idosos participam com valores entre R\$ 301,00 e 600,00; enquanto 10,43%

contribuem com valores entre R\$ 601,00 e R\$ 1.500,00. Os resultados estão mais próximos daqueles encontrados por Vieira (1999), ao relatar que a participação do idoso na renda familiar saltou de 37% no início da década de 80, para 75% em 1999, tendo um impacto positivo nos orçamentos familiares. Observa-se que, embora o valor da maioria das aposentadorias e pensões, paga pela Previdência Social, seja de um salário mínimo, esse valor torna os aposentados um fator de equilíbrio social na família, o que também foi considerado por Camarano (2002).

Constatou-se, ainda, que os dependentes da renda familiar do idoso eram, predominantemente, o cônjuge (21,30%) e os parentes menores (43,51%), perfazendo um total de 64,81%. Os demais (35,19%) eram genros e noras; sobrinhos; cunhados; primos e irmãos (Quadro 18). Esses dados superam aqueles da NutrineWS (2005) em que 37% das pessoas acima de 60 anos ajudam com sua renda aos seus filhos e netos, pois, neste estudo, ultrapassam 40%. Os dados do PNAD, de 1997, confirmam que a renda média dos idosos é, em geral, mais elevada que a renda “*per capita*” dos domicílios aos quais pertencem, e a sua presença provoca impacto positivo na redução da pobreza da família.

Quadro 18 – Dependentes da Renda Familiar que moram com o idoso, Teixeira-MG, 2006

Dependentes	Frequência	
	Nº	%
Cônjuge	23	21,30
Parentes menores (Filhos, netos, bisnetos, afilhados)	47	43,51
Genros e noras	16	14,82
Sobrinhos	8	7,41
Cunhados	6	5,56
Primos	3	2,78
Irmãos	5	4,62

Fonte: Dados da pesquisa.

A ajuda em dinheiro prestada espontaneamente aos membros familiares era superior a 33% do salário mínimo, entre mais de 70% dos

entrevistados (Quadro 19). Os dados reafirmam estudo de Leal (2004) que, ao analisar a realidade dos idosos, constatou que três, em cada dez idosos brasileiros, são responsáveis por mais de 90% do total do rendimento mensal do domicílio, suprindo-o, principalmente, com a aposentadoria. Também estudo conduzido pelos Indicadores Sociais Municipais do IBGE admite não serem os adultos jovens “arrimos de família”, mas os idosos, que são imprescindíveis na economia familiar.

A respeito do caráter negativo que essa constatação possa ter, Ramos, estudando a saúde de idosos, adverte que a maneira como as pessoas idosas são tratadas e vistas na sociedade é muito importante, pois, muitas vezes, um comportamento paternalista que instigue a dependência pode ser tão prejudicial para a saúde de um idoso quanto uma doença física. A capacidade e a possibilidade de ajudar, de participar como sujeito ativo nas interações, podem promover resultados positivos na saúde, principalmente mental, das pessoas idosas (RAMOS, 2002).

Quadro 19 – Ajuda em dinheiro dada à família pelos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Valor em reais	Frequência	
	Nº	%
5 a 50	7	7,29
51 a 100	6	6,25
101 a 200	18	18,75
201 a 300	27	28,13
301 a 400	6	6,25
401 a 500	5	5,21
501 a 1000	9	9,37
Acima de 1000	1	1,04
Não ajudam	17	17,71

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme dados do Quadro 20, os destinatários dessa ajuda financeira espontânea por parte dos idosos eram: a família (36,61%) (incluindo netos, bisnetos, sobrinhos e primos), seguindo-se os filhos (22,33%) e o cônjuge (20,54%), perfazendo um total de 79,48%. Ao se

aposentar, muitas vezes, o idoso se vê diante da continuidade dos mesmos compromissos e despesas que já faziam parte de sua rotina enquanto ainda estava no mercado de trabalho. Outras vezes, a perda do cônjuge ou a preocupação dos familiares em deixá-lo sozinho o leva a coabitar com parentes, criando-se novo compromisso ou vínculo financeiro considerado uma forma de ajuda.

Abordando o retorno ao trabalho e a solidariedade familiar, Peixoto (2004) comenta que a degradação das condições de vida dos aposentados obriga mais de um terço dessas pessoas a retornarem ao trabalho, principalmente de mercado, para receber ainda que um pequeno complemento salarial.

Muitas vezes, o trabalho após a aposentadoria ocorre para manter as mesmas condições de vida, ou por solidariedade e, mesmo, para preencher o vazio social, lembrando-se que essas razões não se excluem mutuamente.

Quadro 20 – Destinatários da ajuda oferecida em dinheiro pelos idosos, Teixeira-MG, 2006

Descrição	Frequência	
	Nº	%
Família (Idosos, netos, bisnetos, sobrinhos e primos)	41	36,60
Esposo	15	13,39
Esposa	8	7,14
Filhos	25	22,32
Irmãos	2	1,79
Cunhados	10	8,93
Nora	6	5,36
Afilhado	1	0,89
Igreja	2	1,79
Entidades assistenciais	2	1,79

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, a aposentadoria se torna, para muitas pessoas, uma passagem obrigatória para outros trabalhos.

É notável que as relações de parentesco sejam essenciais para a manutenção de vínculos, não somente de ordem afetiva, como também de ordem econômica entre os familiares, o que leva muitos a estabelecerem um compromisso de ajuda aos seus. (Quadro 21).

Quadro 21 – Freqüência da doação que o idoso dá à sua família, Teixeira-MG, 2006

Descrição	Freqüência	
	Nº	%
Mensal	59	61,45
Semanal	10	10,42
Quando necessário	10	10,42
Não ajudam	17	17,71
Total	96	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa doação freqüente de 61,45% dos entrevistados tem diversas finalidades, como descrito, a seguir, no Quadro 22. O destino dessa ajuda confirma os dados das pesquisas realizadas por Williams *apud* Almeida (1998), em que se demonstra que a troca de bens e serviços ou as transferências de renda entre parentes são muito importantes na manutenção da subsistência, sobrevivência e na melhoria da qualidade de vida da família.

Observou-se, também, no presente estudo, a ênfase à manutenção da subsistência, uma vez que 34,79% da ajuda destinam-se à alimentação (20,29%) e à saúde (14,50%); enquanto 24,63% direcionam-se a despesas diversas. As demais finalidades distribuem-se entre educação, vestuário, e lazer, contas públicas, pagamento de empregada, aluguel, e ajuda aos filhos, destinos estes distribuídos em um número de respostas sobre finalidades da ajuda, demonstrando que diversos idosos oferecem ajuda financeira para mais de um fim.

Quadro 22 – Finalidade da ajuda em dinheiro oferecida pelos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Finalidade	Frequência	
	Nº	%
Alimentação	28	20,29
Saúde	20	14,50
Educação	10	7,25
Vestuário	8	5,80
Lazer	2	1,45
Contas públicas	10	7,25
Pagamento de empregada	6	4,35
Aluguel	3	2,17
Ajuda a filhos	17	13,31
Despesas diversas	34	24,63

Vários entrevistados empregam a ajuda em mais de uma finalidade.

Fonte: Dados da pesquisa.

Esses dados confirmam aqueles encontrados em Bruschini (1990), quando constatou que a ajuda da família se associa ao apoio econômico garantido pela rede familiar. Este ocorre tanto por meio de contribuição monetária direta, oferecida pelos membros mais abastados (neste caso os aposentados e pensionistas) da família, quanto por arranjos indiretos, convertidos no custeio, ou pela ajuda dos avós, que se responsabilizam pelos gastos com a educação e com a saúde dos netos. Essa ajuda vem, ainda, por meio do empréstimo de moradia e sustento garantido aos idosos pelos mais jovens, dentre outros. Ilustram, também, os aspectos teóricos reportados por Silva (2005), que adverte sobre a necessidade de se promover uma mudança de valores, sobretudo, no que tange à imagem negativa que a sociedade propaga dos idosos, descrevendo-os como frágeis e, ou dependentes.

Em seus estudos, Mckee (1987) já afirmava que, embora com recursos limitados, parentes atuam nas situações que o requerem, fornecendo ajuda financeira e de outros tipos, como é o caso da prestação de serviços. Ou seja, evidencia-se, no interior de uma família, uma complexa combinação de relações sociais, de atividades econômicas e domésticas, como por exemplo: cuidado humano, com crianças ou outros membros da família; manutenção do lar: consertos, e trabalhos domésticos limpeza e

organização da casa e do quintal, preparo de refeições, cuidado com animais e jardins.

No estudo em questão, como evidenciado no Quadro 23, essa ajuda dos idosos, em forma de prestação de serviços, foi muito significativa. Foram pesquisados 36 homens sobre a ajuda dada no lar; tendo 11,1% deles declarado que não desempenham tais atividades. Os 88,9% dos que auxiliam o fazem sob mais de uma forma. Dentre as mulheres, 5% não contribuem na realização dessas tarefas domésticas. Todas as demais (95%) prestam algum tipo de serviço. A ajuda é mais intensa nos trabalhos domésticos, considerando-se que foram obtidas 220 formas de ajuda assinaladas pelas idosas participantes e 74 formas desenvolvidas pelos homens.

A grande maioria dos idosos (Quadro 23) presta serviços direcionados a cuidados humanos, manutenção do lar e trabalhos domésticos, desempenhando entre duas, três ou mais atividades, o que sugere que estão freqüentemente na ativa, mas sem remuneração complementar, pois tais prestações de ajuda no lar não acrescentam valores aos seus rendimentos.

Quadro 23 - Ajuda em forma de prestação de serviço pelos idosos, segundo sexo dos entrevistados, Teixeiras-MG, 2006

Forma de prestação de serviços	Freqüência			
	Homens (N= 36)		Mulheres (N=60)	
	Nº	%	Nº	%
<u>Cuidado Humano:</u>				
Cuidar de criança	06	16,66	21	35,00
Cuidar de outro membro da família	04	11,11	06	10,00
<u>Manutenção do lar:</u>				
Consertos	13	36,11	07	11,66
<u>Trabalhos Domésticos:</u>				
Ajuda na limpeza da casa	05	13,88	40	66,66
Cuida de Quintal e horta	17	47,22	26	43,33
Prepara refeições	03	8,33	45	75,00
Organiza a casa	04	11,11	50	83,33
Cuida de animais	15	41,66	17	28,33
Cuida de jardim	07	19,44	8	13,33
Não presta nenhum tipo de ajuda	4	11,11	3	5,00

OBS: O total é maior do que 100% porque há mais de uma opção assinalada por entrevistado.

Fonte: Dados da pesquisa.

Comparando-se esses dados de ajuda do idoso no lar com a ocupação dos demais membros familiares, pode-se verificar que a atividade do idoso é significativamente mais intensa que a dos demais familiares. Geralmente, a mulher se envolve nos afazeres da casa, enquanto o homem se ocupa mais das atividades do quintal (cuidados com quintal, horta, animais e jardins) ou consertos e reparos nas dependências da casa, pois tais tarefas requerem alguma habilidade já experimentada no mercado de trabalho ou são culturalmente associadas ao sexo masculino. Todas essas atividades são quase diárias, pois fazem parte da rotina de uma casa, confirmando que, depois da aposentadoria, o idoso continua desempenhando diversas funções na família.

A questão do gênero se compatibiliza com a forma tradicional de se desempenhar as funções no lar. Os trabalhos de manutenção do lar, na forma de consertos e reformas é feita predominantemente pelos homens (36,11%), considerando-se os 11,66% desse tipo de serviços prestados pelas mulheres. As tarefas como cuidar de crianças e limpeza da casa predominam entre as mulheres (35% e 66,66%, respectivamente) em relação aos homens (16,66% e 13,88%, respectivamente). Entre os que não prestavam nenhum tipo de ajuda estavam os homens (11,11%) e as mulheres (5,00%) acamados ou debilitados.

Tais resultados demonstram a grande importância de se conceder a esses indivíduos idosos a oportunidade de serem incluídos nas decisões a respeito da sociedade e de sua vida diária. A significativa participação nas transferências indica que eles estão muito além da condição de serem tratados somente como objetos de cuidado. Muito pelo contrário, em vez de carecerem de ajuda para as suas necessidades básicas, esse grupo participa significativamente do suprimento do essencial para a sobrevivência familiar (alimento, saúde, educação e despesas diversas) e mesmo de despesas secundárias, como vestuário, lazer etc., e também de uma variedade de serviços.

Considerando o referido conceito de Troca Social discutido por Blau (1964), que exclui trocas ocorridas sob coação física ou aquelas que resultem do desejo de alguém de corresponder às normas internalizadas, significando predominantemente as ações voluntárias, motivadas pelos

retornos que aquelas ações esperam trazer, neste caso, a necessidade de sua participação para ajudar dependentes se sobrepõe à vontade. A postura dos entrevistados revela que na transferência ou troca social a ajuda considerada financeira é mais importante que a troca de serviços, pois, na verdade, além de os aposentados doarem ajuda financeira, ainda prestam serviços no lar; a doação é percebida como intensa e importante, sendo o retorno (especialmente financeiro) bem inferior à contribuição dada, reforçando as evidências de que o idoso doa muito mais que recebe; havendo, dessa forma, mais transferência que troca.

Da mesma forma, Camarano (1999) observou a possibilidade de os idosos estarem em melhores condições de vida do que os não-idosos, embora pouco se saiba sobre a estrutura de gastos dos mesmos, e considerando-se a hipótese de que gastam mais em saúde – planos de saúde, medicamentos etc. Estes dados não foram verificados neste estudo, porque não se objetivou na proposta proceder a essa investigação. A alimentação e a saúde estão nos primeiros lugares (Quadro 22), mas em termos de ajuda aos familiares, e não como gastos pessoais.

Ainda, quanto à prestação de serviços dos idosos, Agra (2002) enfatiza que as pessoas, mesmo aposentadas, não devem perder o interesse pela vida, devendo prosseguir, desenvolvendo tarefas físicas e intelectuais, de forma que a sociedade e os familiares vão se beneficiar da sua experiência.

Neste estudo, foi muito significativo o número de idosos que cuidam dos netos e que organizam a casa (mais de 80%), o que, certamente, confere aos filhos, que lhes confiam tais atribuições, uma grande segurança para desempenhar outras atividades fora do lar. Os aspectos culturais relativos à infra-estrutura doméstica “obrigam”, via de regra, a mulher a arcar, quase sempre sozinha, com os cuidados da casa, com as crianças, os doentes e idosos. A ajuda familiar referente tanto aos afazeres domésticos quanto aos cuidados com as crianças, os doentes e os idosos, está presente, com diferentes contornos, em todas as camadas sociais.

Contudo, os serviços domésticos, geralmente, têm uma tradição não remunerada, tornando mais difícil dimensionar o valor da ajuda, nessas atividades.

Nesse sentido, Camarano (1999, p. 370) admite com muita propriedade o valor do idoso no lar, considerando que:

(...) a velhice constitui a Idade de Ouro, ou seja, a idade da sabedoria, pensamento vigente nas sociedades tradicionais (...) os idosos brasileiros de hoje não são tão dependentes; pelo contrário, as transferências intergeracionais de caráter descendente têm ganho importância ao longo do tempo dentro da família. Quer dizer, parece mais apropriado falar em interdependência entre gerações do que em dependência. Isso se deve em grande parte ao fato de os idosos brasileiros de hoje estarem desfrutando de melhores condições materiais e de saúde. (...).

Essa avaliação culmina na conclusão de que a presença dos idosos numa família, atualmente, não mais contribui para aumentar a pobreza da mesma, mas para diminuí-la, mesmo quando o idoso não tem renda. Assim, os ganhos das famílias dos idosos deste estudo possuem um duplo ganho, pois, além de todos esses atributos do idoso, contam, significativamente, com a sua ajuda financeira vinda da aposentadoria.

Conforme abordado na literatura, de acordo com Dinkins *apud* Almeida (1998), o processo de interação familiar decorre de diversas razões, dentre as quais a necessidade de obter ajuda para as tarefas do dia-a-dia, para que a demanda dos recursos possam ser atendidas. Essa ajuda que ocorre por transferência (transação de uma via) ou troca (transação de duas vias), neste estudo foi confirmada de ambas as formas, tanto financeira quanto não-financeira, não se declarando se ocorre de forma voluntária ou involuntária, mas reconhecida como necessária.

4.3 Importância atribuída pelo idoso ao seu papel social e familiar

No que concerne ao papel social e familiar do idoso, procurou-se examinar a percepção desse segmento sobre a importância atribuída à ajuda disponibilizada à família; bem como o posicionamento do idoso na família e na sociedade atual.

De acordo com os dados do Quadro 24, observa-se que o idoso, de forma geral (76%) considera importante (33,33% dos homens e 43,33% das mulheres) ou muito importante (44,44% dos homens e 31,67% das mulheres) a ajuda em dinheiro prestada a sua família. A diferença não é

significativa entre homens e mulheres, considerando a proporção por sexo. Demonstra-se, ainda, que os entrevistados consideram a ajuda em dinheiro, significativamente, mais importante que a prestação de serviços.

A título de exemplificação, pode-se mencionar relato de entrevistado que declarou considerar muito mais importante a ajuda financeira para educar seu neto, por estar investindo no futuro dele, do que o desempenho de atividades no lar. Outra entrevistada mencionou que a tarefa doméstica (como buscar um pão ou um leite na padaria) pode ser realizada por qualquer membro da família, enquanto que o provimento em dinheiro só ela poderia dar. Assim, observa-se o grande comprometimento do idoso com as responsabilidades assumidas na sucessão familiar, adotando para si uma participação cidadã que se converte, de certa forma, na própria revalorização da auto-estima do idoso.

Quadro 24 – Grau de importância atribuído pelo idoso à ajuda prestada, em dinheiro a sua família, segundo sexo dos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Grau de consideração	Frequência			
	Homens (N= 36)		Mulheres (N=60)	
	Nº	%	Nº	%
Sem importância	1	2,78	2	3,33
Importante	12	33,33	26	43,33
Muito importante	16	44,44	19	31,67
Não responderam ou não sabem	7	19,45	13	21,67

Fonte: Dados da pesquisa.

Por outro lado, uma entrevistada ressaltou o valor da tarefa doméstica, justificando que o fato de ela cuidar dos netos e administrar a casa possibilita a ausência da filha do lar, para provê-lo com o seu trabalho. Este provimento a que se refere é o salário ganho pela filha. Assim, percebe-se que, na sociedade atual, o dinheiro é mais valorizado que quaisquer outras formas de prestação de serviço. Entretanto, conforme Almeida (1998), um dos tipos de ajuda mais comum consiste no trabalho doméstico, que é realizado dentro de casa, colaborando com a socialização das crianças,

manutenção da roupa, preparo de refeições, entre outros. Liberando membros familiares para o trabalho ou, até mesmo, para procurarem emprego, contribuem para o ganho de renda. As contribuições dos membros da família ocorrem, portanto, de formas diferenciadas, dificultando quantificar e atribuir valor financeiro à ajuda recebida e proporcionada nas atividades do lar (ALMEIDA, 1998).

Quanto ao grau de importância atribuída pelo próprio idoso à ajuda prestada na forma de serviços aos seus familiares e, ou à residência (Quadro 25), constatou-se que significativo número dos entrevistados (38,88% entre os homens e 43,33 entre as mulheres) não respondeu. Essa atitude leva a uma ampla reflexão que aponta as seguintes justificativas: por um lado, é difícil para eles avaliar a importância dessas tarefas, dando a elas o seu devido valor, tendo-se observado, em diversas situações da entrevista a modéstia desses idosos; por outra parte, alguns foram entrevistados em presença de familiares e se sentiram inibidos para declarar essa importância, deixando transparecer que, se o fizessem, estariam diminuindo os méritos de outros familiares. Além disso, há também aqueles que moram sozinhos, portanto, não ajudam familiares, desconhecendo esse tipo de avaliação.

Para Peixoto (2000), a prestação de serviços aos seus familiares, por parte dos idosos, extrapola a linha da solidariedade, pois fazem uma transferência de seus já baixos valores de proventos, o que leva muitos, movidos pelas necessidades pessoais e familiares, a retornarem ao trabalho. Esta se torna uma realidade que atinge a vida de mais de um terço de pessoas aposentadas. Aquelas que não conseguem se reintegrar no mercado de trabalho, mesmo informal, assumem tarefas no lar. Enquanto para alguns o retorno ao trabalho fora do lar representa a possibilidade de um complemento salarial, ainda que pequeno, para outros, a quem não é dada essa oportunidade e espaço, o trabalho no lar possibilita que outros membros da família saiam para trabalhar, na busca da complementação salarial.

Quadro 25 – Grau de importância atribuído pelo idoso à ajuda prestada, em serviço a sua família, segundo sexo dos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Grau de importância	Frequência			
	Homens (N= 36)		Mulheres (N=60)	
	Nº	%	Nº	%
Sem importância	-	-	-	-
Importante	6	16,66	22	36,66
Muito importante	16	44,44	12	20,00
Não responderam ou não sabem	14	38,88	26	43,33

Fonte: Dados da pesquisa.

No que concerne à forma como o idoso se vê na família e na sociedade (Quadro 26), constatou-se um otimismo em cerca de 70% das respostas, considerando-se que 8,33% percebem a situação como sendo ótima; 17,71% afirmam que a situação melhorou; 42,71% entendem que está boa, 3,13%% vêem-na como regular, ou com perspectivas de melhorar ainda mais.

Quadro 26 – Visão do idoso de sua situação atual na família e na sociedade, Teixeira-MG, 2006

Descrição	Frequência	
	Nº	%
A situação está ótima	8	8,33
A situação está boa	41	42,71
A situação melhorou	17	17,71
A situação está regular	3	3,13
A situação piorou	19	19,79
A situação está ruim	8	8,33

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as justificativas dos idosos evidenciaram-se cerca de 40% de respostas observando que há esperanças de outras mudanças positivas, tem havido mais respeito e maior conscientização acerca da realidade do

idoso. Para os cerca de 30% que percebem com pessimismo a sua realidade, 19,79% afirmam que a situação piorou, e 8,33% que a situação está ruim, justificando com a argumentação de que o idoso está cada vez mais abandonado e que aumentou o desrespeito com o idoso. Curiosamente, verificou-se que essa percepção negativa predomina entre os idosos sozinhos, confirmando dados da literatura de que a vida em família faz muito bem para o idoso.

De forma geral, a condição do idoso na família e na sociedade tem sido vista de forma satisfatória para otimista, reafirmando uma relação positiva entre reciprocidade e auto-estima das pessoas idosas, o que sugere que a troca (com a família e com a sociedade) seja balanceada. Esta visão positiva decorre, provavelmente, do amparo que o idoso vem recebendo nos últimos anos da organização da Previdência Social que provê a aposentadoria, de uma melhor assistência à saúde, bem como das campanhas de conscientização, através da mídia.

Outro fator relevante é a evolução da legislação pertinente ao idoso, que culminou com a aprovação do “Estatuto do Idoso” (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), o qual vem lhe assegurar uma série de prerrogativas. Além desses elementos que asseguram uma qualidade de vida melhor para o idoso, também a mídia vem contribuindo, no sentido de dar espaço ao idoso com a divulgação de produtos e serviços adequados à necessidade dessa população.

4.4 Retorno econômico e subjetivo recebido pelo idoso em troca da ajuda prestada aos familiares

O retorno recebido pelo idoso pelas transferências realizadas foi dimensionado em termos econômicos e subjetivos. Conforme dados do Quadro 27, mais da metade dos idosos admite não receber nenhuma ajuda material (52,10%). A ajuda recebida para atender as necessidades básicas é computada como retorno econômico, sendo os maiores percentuais para moradia e transporte.

Quadro 27 - Retorno econômico, percebido de suas famílias, pelos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Descrição	Frequência	
	Nº	%
Moradia	10	10,42
Transporte	24	25,00
Assistência médica	6	6,24
Ajuda em dinheiro e presentes	6	6,24
Não recebem ajuda material	50	52,10
Total	96	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Estes resultados corroboram, em parte, os de Morgan *apud* Almeida (1998), que verificou a ajuda a parentes sendo dada na forma de moradia, remessas regulares de dinheiro ou auxílio, em ocasiões de emergência. Esse resultado levou o pesquisador a constatar que a família continua sendo o mecanismo redistribucional de renda mais importante, mesmo em países de industrialização avançada; sendo, por vezes, mais importante que as transferências governamentais para a manutenção da renda, alimentação e moradia.

Mais que alimentação e moradia, neste estudo, observou-se que 25% dos entrevistados recebem o transporte como retorno econômico de suas famílias, sendo este o maior porcentual encontrado entre os itens investigados. A própria condição degenerativa e de força física do ser humano aponta para essa necessidade; pois, com o passar dos anos, a virilidade vai cedendo lugar ao cansaço e às limitações, restringindo-se as caminhadas a percursos cada vez mais curtos.

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto do Idoso e a lei orgânica dos grandes centros asseguram transporte gratuito aos idosos. Entretanto, na cidade estudada, nem mesmo circulam coletivos, o que dificulta o livre trânsito do idoso e ainda acarreta mais ônus ao orçamento com o qual contribui e do qual acaba dependendo. A moradia é outro item considerado por 10,41% dos entrevistados como retorno econômico, principalmente, pelo caráter de companhia dos familiares, pois foi possível observar que eles

consideram o seu imóvel como um bem da família, argumentando que se estivessem sozinhos na residência teriam muito maior despesa.

A assistência médica, apontada por 6,25%, é outro item considerado como retorno econômico por parte de idosos, que necessitam de companhia para ir ao médico e fazem uso de medicação controlada e contínua. A quase totalidade dos idosos é atendida pelo Programa de Saúde Familiar do município, sem nenhum ônus, recebendo, inclusive, a medicação disponível nos postos, que atende parte das necessidades de fármacos do idoso.

Conforme dados do Quadro 28, o retorno subjetivo na forma de carinho, boa convivência, respeito e amor (43,45%), seguindo-se visita de parentes (28,98%) e passeios (22,76%) é primordial para a felicidade do idoso. Por isso, clínicas geriátricas, grupos de 3ª. idade, casas de repouso e mesmo asilos planejam temporariamente uma série de atividades internas e externas para a diversão de seus idosos. Ao chegar a um determinado momento da vida, o indivíduo vai perdendo seus papéis sociais, e já não é mais aceito no mercado de trabalho, ou é aceito com muitas restrições. Tal situação comprova a maior necessidade da convivência da família, capaz de lhe trazer sentimentos muito positivos, confirmando o seu papel no âmbito familiar, não sendo considerado inútil ou um incômodo, conforme acontecia com os idosos aposentados das décadas anteriores aos últimos 10-20 anos, cujo destino era o asilo ou o abandono.

Há que se considerar ainda, como agravante, a vida corrida do último século, que proporciona, no interior do Brasil, poucas oportunidades de descanso e de lazer, e principalmente de prazer. O idoso de hoje, então provedor, conforme mostrado pela literatura, é atuante e recebe um retorno subjetivo considerado como muito positivo em suas vidas. Para Nye (1979), as interações e os estados de sentimento recompensadores constituem prazeres, dos quais quem os recebe desfruta com grande satisfação. O autor reelaborou o significado de recompensas, incluindo nele status, relações, interações e sentimentos gratificantes para as pessoas.

Quadro 28 – Retorno subjetivo, percebido de suas famílias, pelos idosos entrevistados, Teixeira-MG, 2006

Descrição	Frequência	
	Nº	%
Visita de parentes	42	28,96
Carinho, Boa convivência, Respeito e amor	63	43,45
Passeio	33	22,76
Companhia	7	4,83

Fonte: Dados da pesquisa.

Na percepção de quase um terço dos idosos entrevistados, a visita de parentes é vista como um importante retorno subjetivo, o que se justifica pelo fato de ser esta a ocasião em que têm a oportunidade de rememorar suas vidas e recontar seus feitos, sentindo-se importantes e autores de suas próprias histórias. Segue-se o carinho, boa convivência, respeito e amor, que é a manifestação afetiva mais cativante para todos os seres humanos, que se sentem fragilizados ou acreditando nas suas limitações e perdas. Em terceiro lugar, está o passeio programado, em que surge a idéia da boa acolhida entre os hóspedes, ou mesmo, a chance e oportunidades de conhecer lugares, pessoas e ambientes agradáveis.

Referindo-se a companhia, boa convivência, respeito e amor como retorno subjetivo para os idosos entrevistados, observou-se que o carinho engloba diversas manifestações de sentimento, sendo usado como um termo mais recorrente entre os idosos. Diversos estudos afirmam que, no tratamento aos mais velhos - amor, carinho, respeito e reconhecimento são decisivos para a maior longevidade não só dessa categoria humana, mas para a vida de todo o planeta. Há que se cuidar para que os mais jovens ou o homem moderno não se distanciem cada dia mais dos gestos de carinho por motivo do acúmulo de afazeres, da pressa e da falta de tempo.

Ademais, essa etapa da vida é agravada, ainda, por ser marcada pelas perdas econômicas (vantagens e gratificações) e, também, por inúmeras outras, como perda progressiva da capacidade física, de amigos e de pessoas próximas que vêm a falecer; além da perda do respeito pela sua capacidade, pelos seus conhecimentos e pela experiência de vida, numa

sociedade que supervaloriza a juventude. Esses elementos deixam os idosos cada vez mais suscetíveis à necessidade de receber visitas, telefonemas, troca de correspondências e de presentes, carinho e ter oportunidade de realizar passeios, como forma de compensação dessas perdas (BRUCHINI, 1990).

4.5 Repercussões da ajuda do idoso no bem-estar de sua família

Os dados obtidos da pesquisa de campo, principalmente quanto às transferências ou trocas sociais¹⁰, demonstram a importância das contribuições dos idosos para o bem-estar dos seus familiares, seja por meio da ajuda monetária direta, bem como dos arranjos indiretos, convertidos no custeio, como é o caso dos avós, que se responsabilizam pelos gastos com a alimentação, educação, saúde dos netos, ou com o empréstimo de moradia e sustento. Além da ajuda em dinheiro, a intensa participação nos trabalhos domésticos, tanto pelos homens quanto pelas mulheres idosas, ficou comprovada pelas entrevistas.

Mesmo não havendo uma investigação direcionada aos familiares, em relação às repercussões da ajuda que recebem, por não ser este o público-alvo de interesse, quanto à elucidação da problemática (participação do idoso no orçamento familiar), pôde-se evidenciar, também, pela fala dos filhos, genros, noras e netos, as repercussões positivas que a presença dos idosos e a transferência de dinheiro e serviços proporcionam, para o bem-estar de todos e o suprimento das necessidades mínimas dos beneficiados. Em diversas ocasiões, os familiares intervinham ajudando os idosos na resposta às questões, quando percebiam alguma dificuldade dos mesmos, ou participavam como bons anfitriões, recepcionando os entrevistadores e participando de conversas. Dessa forma, indícios discursivos permitem inferir a satisfação dos familiares em relação à presença e à conduta dos idosos nos lares.

¹⁰ - Durante as entrevistas não foi questionado há quanto tempo existe a participação do idoso no orçamento, nem como era a vida antes da contribuição ou depois. Entretanto, dentro dos objetivos estabelecidos, este não constitui um fator limitante, pois o propósito maior foi conhecer a participação do idoso no ano de 2004, quando o estudo estava sendo conduzido.

Considerando juridicamente as obrigações quanto às necessidades básicas do ser humano, encontra-se na legislação que a obrigação de alimentar uma pessoa é subsidiária, surgindo somente quando o beneficiário não conseguir se manter através do próprio esforço. Tal obrigação decorre, naturalmente, do pátrio poder, devendo os pais assistir aos filhos menores, conforme previsto na Constituição Federal: "Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade." (art. 229).

Amparado no princípio da solidariedade familiar, o mesmo dispositivo respaldou outra espécie de obrigação de alimentar, referente ao dever dos filhos maiores assistirem aos pais na velhice, carência ou enfermidade. A especificidade desse dispositivo constitucional faz surgir a dúvida pertinente: os filhos maiores teriam direito de pedir ou solicitar alimentos aos pais? A princípio, a resposta negativa se impõe, pois o dispositivo citado não faz referência alguma a tal encargo.

Assim, observando como na realidade os papéis se invertem, estando o idoso alimentando e provendo com dinheiro, serviços e de outras formas o lar e a vida de filhos, netos e outros parentes, compreende-se que para a família esse bem-estar proporcionado pela situação chega como um ponto muito positivo, além de ser, normalmente, entendido como troca e solidariedade.

Firma-se, dessa forma, o grande potencial econômico do idoso aposentado para suprir as necessidades básicas de um lar, com ajuda financeira; e sociocultural, pois com o seu "vigor" para o trabalho, além da grande experiência, transmite no lar, ao educar os netos e cuidar da organização da casa, os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos vividos.

De acordo com estudos de Silva (2005), um fenômeno registrado pelo IBGE sobre o Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil, é o crescimento do número de netos e bisnetos que vivem sob a custódia dos avós; sendo, na maioria das vezes, cuidados e sustentados por eles. Em 1991, eram 2,5 milhões de netos e bisnetos, passando para 4,2 milhões em 2000. Tal fenômeno contribui positivamente para o diálogo e a solidariedade entre as gerações, desde que o idoso não seja explorado, assumindo a mera

posição de responsável, mas que seja visto como um sujeito com grande contribuição social a oferecer.

Considerando-se a conceituação de troca e transferência e o bem-estar familiar, nota-se que há também efeitos positivos para esses provedores, como aqueles exercidos pela família na saúde dos idosos, uma vez que a boa convivência no lar tende a reduzir os efeitos negativos do estresse na saúde mental do idoso. Isto porque a ajuda dada ou recebida contribui para o aumento de um sentido de controle pessoal, tendo uma influência positiva no bem-estar psicológico do idoso (RAMOS, 2002).

A aspiração de autodesenvolvimento e de interesses das pessoas, em geral, está associada a sentimentos de bem-estar na velhice, instigando a capacidade de efetuar trocas, ou seja, de dar e receber alguma ajuda, de forma balanceada. Obviamente, cabe distinguir a freqüência das relações sociais e da qualidade delas, de forma a se identificar interações positivas e negativas, que dependem do balanço das trocas e do que está sendo trocado.

A importância do bem-estar da família atinge diretamente o idoso, pois, conforme pesquisa realizada por Stoller *apud* Ramos (2002), os pais, que concediam ajuda aos seus filhos, eram menos deprimidos que aqueles que não a forneciam, acrescentando que a inabilidade de retribuir, em vez da necessidade de assistência, diminui a moral da pessoa idosa. Como conseqüência, a autora conclui que a ajuda dada para os filhos está inversamente relacionada com estresses ou depressão dos pais. Constatase que existe uma relação positiva entre reciprocidade e a auto-estima das pessoas idosas.

Estes estudos condizem com a aplicação da Teoria das Trocas feita por Dowd (1975) no estudo das relações intergeracionais, nas quais, como já foi mencionado acima, a diminuição dos recursos na idade avançada deixa os idosos em uma relação de troca não-balanceada. A incapacidade de retribuir serviços recebidos de outros significa que os idosos tornam-se dependentes e sem poder, o que leva a confirmar que as trocas sociais têm um efeito na saúde dos idosos. A dependência pode se tornar problemática quando as pessoas idosas não querem causar para outras pessoas uma sensação de carga ou não querem absorver os recursos de alguém. Nesse sentido, Lee et al. (1995) argumentam que os idosos americanos valorizam

sua independência muito firmemente e têm medo de perdê-la (RAMOS, 2002).

Na presença de suporte social, espera-se que os idosos sintam-se amados e seguros o suficiente para lidarem com seus próprios problemas, mantendo elevada a auto-estima. Assim, com base no argumento da dependência, que está implícito na Teoria das Trocas, pode-se dizer que as interações são mais satisfatórias quando existe troca. Nesses termos, é válido lembrar as colocações de Rook (1987), que discute os descompassos na troca de recursos, explicando as sérias conseqüências psicológicas.

Para se prever como um indivíduo reagirá a um sistema particular de recompensas, é necessário saber quais normas de equidade, daquelas de suas crenças, devam ser aplicadas; pautando-se em contribuições ou em necessidades.

Estes dados permitem colocar este estudo como um contraponto à lógica da vida e à visão tradicionalista, que ainda vê o idoso na sociedade ocidental¹¹ como vítima dos implacáveis desgastes naturais físicos, e também emocionais, tornando-o susceptível a muitas perdas.

Desse modo, perceber a "justiça" nas trocas estabelecidas (entre pessoas da família) produz, metaforizando-se com o sistema bancário de contas, uma sensação de equilíbrio quando se percebe estar entregando tanto quanto está recebendo. Caso contrário, ou se terá uma conta com débito - sente-se receber mais do que se dá - ou uma conta com crédito - sente-se receber menos do que se entrega.

Assim, enquanto de um lado o bem-estar do idoso é revelado no retorno subjetivo recebido dos familiares, especialmente em termos de visita aos parentes, carinho, convivência amor e passeios, os familiares o recebem, além da recíproca subjetiva, por meio do dinheiro e dos serviços que proporcionam uma melhor condição de vida a todos.

¹¹ - Na cultura oriental, o homem idoso tem sabedoria, o seu valor está no que ele tem de conhecimento, por isso ele é respeitado e valorizado. O conhecimento é um processo passível de ser repassado, pode ser negociado, é um processo racional. A sabedoria é um processo vivencial, visceral e geralmente é transmitida pelas atitudes e comportamentos. Para se adquirir sabedoria, é necessário intimidade. A proximidade é elemento indispensável para se chegar à intimidade. Sendo assim, nesta cultura, o velho não experimenta solidão e rejeição, ele se transforma num "guru" e tem seguidores. (Adaptado de: <http://www.escolaeducacaoemocional.com.br/art04.htm>. Acessado em nov. de 2006).

A mulher aposentada, além de matriarca, provedora e anciã, continua desempenhando funções de ajuda nas tarefas domésticas, possibilitando que suas filhas mais jovens estejam no mercado de trabalho, delegando às “mães-avós” idosas as atividades que seriam de seu compromisso (preparar alimentos, cuidar das crianças etc.).

A presença dos avós, tanto homens quanto mulheres, além de proporcionar a reconhecida alegria aos netos, promove a mediação do diálogo familiar, com sensatez e sabedoria, grande parte das vezes, contribuindo para amenizar conflitos e fazer prevalecer a sensação de bem-estar de todos.

Certamente, faz parte da sabedoria popular e se confirma nas declarações de netos e outros que “Na casa da vovó pode tudo” e este é um reconhecimento da satisfação que surge na relação familiar entre esses pares.

5 RESUMO E CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo permitiram divisar um importante confronto nos enfoques da literatura com a pesquisa de campo sobre a velhice. Por um lado, o senso comum é enriquecido por diversos estudos que, numa visão tradicionalista, insistem em considerar o idoso como um peso, um fardo ou um inútil. Sob outro ângulo, incluindo dados estatísticos atualizados do IBGE, do PNAD, entre outros, e corroborado por esta pesquisa conduzida no Município de Teixeira-MG, encontra-se a prova de que ele tem deixado de se preocupar apenas consigo mesmo e com seu cônjuge (quando ainda o tem), nessa fase da vida, mas se reestruturando para viver nova vida, com filhos casados, netos e bisnetos e mesmo com outros parentes. Assim, ao contrário de ser mantido pelos filhos ou amparado pelos netos, ele tem sido arrimo e provedor. Seus dependentes diretos extrapolam as divisas consangüíneas e primárias de esposa, irmãos, filhos e netos, estendendo-se a bisnetos, genros, noras, sobrinhos, cunhados e primos.

O perfil pessoal, socioeconômico e demográfico deste estudo, encontrou na população entrevistada, 96 idosos de baixa escolaridade, entre 64 e 88 anos de idade, residindo na cidade (73,95%) e no meio rural (26,05%), sendo 62,50% deles do sexo feminino. Cerca de 10% são solteiros (2,77% de homens e 8,33% de mulheres) ou separados (3,33% das mulheres); e os demais viúvos ou casados, em semelhante proporção. Há

mais viúvos (69% dos homens) que viúvas (31% do total de mulheres); apenas 6% não se encontram na ativa, estando acamados, o que demonstra grande melhoria na medicina e nos atendimentos aos idosos menos favorecidos.

Constatou-se baixo nível de escolaridade nesse público, associado ao baixo salário, pois 90% do público-alvo recebiam menos de três salários mínimos, predominando-se o salário-referência, sendo a renda da quase totalidade oriunda da aposentadoria ou de pensão.

É significativo o número de entrevistados que possui casas-próprias (73,96%), o que confirma uma política econômica muito estável nos anos produtivos dos atuais aposentados. Destacam-se na última ocupação dos idosos, bem como na ajuda no lar, as atividades domésticas, desempenhadas especialmente pelas mulheres.

As formas de lazer são as mais tranquilas, características da idade e da cidade interiorana de pequeno porte, sem muitas opções, com realce para assistir a TV, compromissos religiosos, jogos de mesa e passeios.

Quanto às transferências em espécie e em serviços feitas pelos idosos, constata-se que mais de 70% dos aposentados e pensionistas empregam no orçamento familiar acima de 33% dos seus rendimentos, mensalmente, para suprir a manutenção básica da família, sendo que a renda de cada um supre necessidades próprias e de 2,5 membros/família. O dinheiro supre, especialmente, as necessidades básicas: alimentação, saúde, educação e, ainda, outras secundárias. Predominantemente pequenas, as famílias dos idosos além da ajuda em espécie contam com o seu trabalho, diariamente, em atividades diversas.

O idoso não atribui grande importância ao seu papel social e familiar, mas valoriza, por si mesmo, muito mais, a ajuda em dinheiro do que a prestação de serviço. Os idosos vêem a situação da família e da sociedade de forma muito positiva (cerca de 70%), acreditando que sua situação melhorou, está boa, ou está ótima.

Em relação às formas de retorno obtidas pelo idoso, em resposta às ajudas dadas, encontrou-se que o retorno econômico é principalmente para transporte (25%), sendo que a maioria (52,10%) não recebe nenhum tipo de ajuda material. O retorno subjetivo é obtido predominantemente na forma de carinho, boa convivência, respeito e amor (43,45%), visita de parentes

(28,96%) e passeios (22,76%). Ou seja, mais de uma forma de retorno subjetivo foi apontada por diversos idosos.

Nesta pesquisa, ao contrário de ser mantido pelos filhos ou pela estrutura familiar, é exatamente o idoso que vem driblando as lacunas deixadas pelo desemprego e pelo Estado, ao suprir as necessidades de familiares de diversos níveis de parentesco, ajudando com dinheiro e desempenhando tarefas no lar, além de participar da educação das crianças e jovens na família, patrocinando seus estudos, e, ainda, contribuindo com vestuário, medicamentos, alimentos entre outras necessidades das famílias.

Obviamente, esse novo papel social do idoso provedor, arrimo e longo, encontrada na realidade observada, demanda mudanças no perfil das políticas públicas, o que constitui desafios para o Estado, a sociedade e a família. Existe uma premente demanda por medicina preventiva e humanizada, organização de programas de esporte e diversão, bem como instituições para idosos solitários, uma vez que as famílias têm-se tornado pequenas, com a diminuição da taxa de natalidade. É necessário considerar, também, que, pelas projeções, o idoso viverá mais e, concomitantemente, ocorrerá a degeneração natural, demandando gastos assistenciais, principalmente por seu potencial produtivo diminuir bastante como ocorre na realidade de muitos asilados e dos acamados deste e de outros estudos, quando o idoso é considerado dependente.

Faz-se mister lembrar que a velhice não torna um ser humano menos ou mais importante que os demais cidadãos, embora sua debilidade e a falta de respeito aos direitos humanos e sociais no Brasil, às vezes, coloquem os idosos numa posição crítica, necessitados que são de cuidados específicos exigidos nessa fase da vida. Em diversos países, onde os direitos sociais não são totalmente respeitados, busca-se a criação de estatutos para assegurar e respeitar os grupos mais vulneráveis. Assim, depois de sete anos tramitando no Congresso, foi aprovado em setembro de 2003, através do Projeto de Lei nº 3561/1997, o Estatuto do Idoso no Brasil. Entretanto, faz-se pertinente, mais uma vez, a pergunta: Será esta apenas mais uma lei? Só a história dirá!

O ponto relevante deste estudo foi, portanto, a inversão dos papéis sociais, em que o idoso deixa o status de assistido para assumir o de assistente, graças à renda da aposentadoria que, nas transferências de

ajuda financeira e em atividades de trabalho diário, pode prover ou subsidiar a economia e a subsistência familiar. Em mão dupla, aquele que deveria ser amparado pela família e pela sociedade acaba resolvendo não só a questão do orçamento familiar, como também assume, ainda que de forma parcial, a minimização da pobreza brasileira. Vale ressaltar que é necessário que volte à tona a discussão acerca dos proventos previdenciários, considerando que, na atual política econômica, o salário referência cumpre a função de suprir apenas as necessidades básicas do idoso e de sua família, numa etapa da vida em que ele deveria ganhar o suficiente para suprir os seus gastos, gozando de maior tranquilidade, depois de ter contribuído e de ter sido força de trabalho para o desenvolvimento do País. Ao contrário, o que ocorre é uma redução dos valores da ativa, por ocasião da aposentadoria.

Assim, o contra-senso se materializa, pois, na ocasião do trabalhador obter seu merecido descanso, garantido pela legislação, ele fica relegado a um provento inferior, que, ainda assim, tem suprido a sua sobrevivência e, também, de familiares. Isto impossibilita o idoso de fazer economias e poupanças para dificuldades futuras, de forma que deixa de investir em si mesmo, fazendo transferências para a família, tornando-se, realmente, um novo baluarte na economia doméstica.

Como fatores limitantes da pesquisa, destacaram-se aqueles relacionados à resistência de muitos dos entrevistados para falar sobre seus rendimentos, e certa desconfiança em relação aos pesquisadores para exporem suas avaliações e sentimentos, não respondendo a muitas questões, o que chegou a comprometer a mensuração estatística de alguns dados. Foram observadas, também, algumas contradições no discurso dos idosos, durante a entrevista. Enfim, é sempre ao cabo de uma pesquisa que o pesquisador consciente compreende que aquele é o momento ideal para começar.

Assim, este estudo deixou nas entrelinhas alguns questionamentos que poderão embasar novas pesquisas:

É de se considerar digna a condição de vida do idoso que, na grande maioria, percebe para si e para os seus familiares salários *per capita* menores que quando se encontravam na ativa?

Como descrever o antagonismo da fragilidade física, biológica e cronológica versus a responsabilidade de garantir a própria sobrevivência e de outros?

Além dessas, é premente a reflexão de que a sociedade brasileira não só está ficando grisalha, mas também longeva, sem jamais ter havido na história tantos indivíduos atingindo idade tão avançada, o que suscita retomar o sábio conhecimento de que não é somente importante acrescentar anos a vida, mas também acrescentar vida aos anos. E isto só será assegurado com a execução, na prática, dos direitos sociais dos idosos, previstos nas leis, nos estatutos e acima de tudo na sensibilidade e na solidariedade de seus pares, principalmente, daqueles que usufruem não só da companhia, mas também dos proventos de seus anciões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, M. O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia. **Tempo Social**, v. 2, n. 2, p. 35-60. 1990.

AGRA, F. M. M. R. **Aposentado no mercado de trabalho**: uma realidade dinâmica na cidade de Viçosa – Minas Gerais. 2002. 130 f. (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG.

ALMEIDA, A. A. **Desemprego e transferências familiares**. 1998. 48 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG.

ARENSBERG, C., KIMBALL, S. Relações de crédito na Irlanda rural. In: SHELTON, H. D. **Antropologia do direito**: estudo comparativo de categoria de dívida e contrato. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 86-100.

AZEVEDO, E. Expectativa de vida cresce 57,1% no Brasil. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 2 de dez. 1999. (<http://www.estado.com.br>).

BLAU, P. M. **Exchange and power in social life**. New York: John Willey, 1964.

BLOOM, D.E., CANNING, D., SEVILLA, J. **Economic growth and the demographic transition**. New York, 2001. (NBER Working Paper Series, w8685). <http://papers.nber.org/papers/W8685.pdf> (17 June 2001).

BOURDIEU, P. Condição de Classe e Posição de Classe. In: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1987.

BRASIL. **Amparo Previdenciário**. Lei nº 6.179, de 11 de dez. de 1974.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 1994. 180p.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 52, de 8.3.2006. Disponível em: <www.presidencia.gov.br> Acesso em: 12 maio 2006.

BRASIL. Decreto nº 4.227, de 13 de maio de 2002. (Cria o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso).

BRASIL. **Estatuto do idoso**: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

BRASIL. Decreto nº. 1.948, de 3 de julho de 1996. Regulamenta a Lei 8.842, sancionada em 4 de janeiro de 1994, a qual “dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências”. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jul.1996.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. 1994

BRUSCHINI, M. C. A. **Mulher, casa e trabalho**: o cotidiano nas camadas médias paulistas. Vértice, São Paulo: 1990.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 26 p. (Texto para Discussão, 858).

CAMARANO, A. A. **Famílias com idosos**: Ninhos Vazios? Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

CAMARANO, A. A. O idoso brasileiro no mercado de trabalho. **Conjuntura e análise**. V. 5, n. 12, p. 20-32, 2000. (<http://www.ipea.gov.br>).

CAMARANO, A. A., BELTRÃO, K. I., PASCOS, A. R. P., MEDEIROS, M., CARNEIRO, I. G., GOLDANI, A. M., VASCONCELOS, A. M. N., CHAGAS, A.M.R., OSÓRIO, R.G. **Como vai o idoso brasileiro?** Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1999 (Texto para discussão, 681).

CAMARANO, A. A., EL GHAOURI. S. K. Idosos brasileiros: que dependência é essa? In: CAMARANO. A. A. (Org.) **Muito além dos sessenta: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARANO, A. A., MEDEIROS, M. **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

CARVALHO, A. V., SERAFIM, O. C. G. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira, 1998.

CHAIMOWICZ, F. A Saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. **Revista Saúde Pública**, nº 2, 1997.

DOWD, J. Aging as exchange: a preface to theory. *Journal of Gerontology*, 38, 5, 1975, p.584-594.

DINKINS, J. M. Non monetary assistance and advice between baby boomer respondents and people in other households. **Family Economics Review**. v. 7, p.1-10, 1994.

DUARTE, L. R. S. **Idade cronológica**: mera questão referencial no processo de envelhecimento. UFRGS, Porto Alegre, v.2, p. 35-47, 1999.

GARY, L., ELLITHORPE, E. Intergenerational Exchange and Subjective Well-being Among the Elderly. **Journal of Marriage and Family**. v. 44, p. 217-224, 1982.

GEERTZ, C. **The interpretation of cultures**. New York, Basic Books, 1973.

GOLDANI, A.M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, p. 7-22, nov. 1994.

GOMES, J. F. Geração de informação, trabalho e qualidade de vida: estudo da velhice no mercado varejista de João Pessoa-PB. **A Terceira Idade**. São Paulo, v.12, n.23, nov. 2001.

GRUNEWALD, V. **Considerações sobre ergonomia e terceira idade**. Florianópolis: UFSC, 1997. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

GUIDUGLI, O. S. Mapa do envelhecimento demográfico no Estado de São Paulo. (compact disc). In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 12. Caxambu, 200. Anais: Caxambu: ABEP, 2000.

HADDAD, E. G. M. **O direito à velhice**. Os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993. 115p.

HOMANS, G. C. Social behavior as exchange. **The American Journal of Sociology**. v. 63, p. 597-606, 1958.

HURD, M.D. Research on the elderly: economic status. Retirement. And consumption and saving. **Journal of Economic Literature**, v. 28, n.2, p. 565-637, June 1990.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000**. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 9, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População no Brasil**. [http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/população/população_no_Brasil.html]. Julho 2005.

IBGE– **Pesquisa de Orçamentos Familiares**. 1995/96. Rio de Janeiro, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da População do Brasil**. (http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=207&id_pagina=1), Acessado em 10 de novembro de 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo Demográfico do Distrito Federal, Rio de Janeiro, IBGE. 1991 e 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/Sobrelpea/td_1000/econo_demografia.htm. Acessado em agosto de 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. INSS – Boletim Informativo. [s.n.t.]. 2005.

LAMPMAN, R. J., SMEEDING, T. M. Interfamily transfers as alternatives to government transfers to persons. **The Review of Income and Wealth**, v. 29, p.45-66, 1983.

LEAL, L. N. – Três em cada 10 idosos brasileiros garantem sustento da família. **O Estado de São Paulo**. 30 dez. 2004.

LEITE, M. Idade não define a fronteira da velhice. **Folha de São Paulo – Caderno Mais**, São Paulo, 26 de set. 1999, p. 2-3.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. p. 70.

MARANGONE CAMARGO, A.B. Os idosos da região metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6.,

McKEE, L. Households during unemployment the resourcefulness of the unemployed. In: WILSON, G., BRANNEM, J. (eds.). **Give and take in families studies in resource**. London: Alen and Unwin, 1987. p. 1-11.

MELO, A.V. As relações familiares frente aos seus idosos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, Caxambu, **Anais**. 1990.

MONTORO FILHO, A. F., PORTO, NOGUEIRA, C. **Previdência Social e Previdência Complementar**. 1. ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas-IPE/USP e Programa Nacional de Pesquisa Econômica - PNPE, 1982.

MOREIRA, M. M. Determinantes demográficos do envelhecimento brasileiro. (compact disc). In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 8., Caxambu, 2000. Disponível em: Caxambu: ABEP, 2000.

MORGAN, J. N. The redistribution of icome by families and institutions and emergency help patterns. In: Five thousand American families patterns of economic progress. Survey Research Center, Institute for Social Research. The University of Michigan, 1983. v. 10, p. 1-60.

MOTTA, R., SCOTT, P. (Org.) **Sobrevivência e fontes de renda: estratégias das famílias de baixa renda no Recife**. Recife. Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1983. 161 p. (Série População e emprego, 16, Série Estudos e Pesquisas, 28).

NERI, M, CARVALHO, K, NASCIMENTO, M. **Ciclo de Vida e motivações financeiras** (com atenção especial aos idosos brasileiros). Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1999.

NÉRI, Anita Liberalesso. **Velhice e Sociedade**. São Paulo, Papyrus.1999.

NETO, João Cabral de Melo. Morte e vida severina. Ed. Nova Aguilar, 1991.

NETTO, M. P., PONTE, J. R. Envelhecimento: desafio na transição do século. In: NETTO, M. P. (org.). **Gerontologia**. São Paulo. Atheneu, 1996. p. 3-12.

NUTRINEWS, Edições. O idoso no século XXI: Um forte mercado consumidor: Matérias Set – 99. Disponível em <http://www.nutrinews.com.br/edicoes>. Acessado em agosto de 2005.

NYE, F. I. Choise exchange and family. In: BURR, W. R., et al. **Contemporary theories about the family**. New York: Free Press, 1979, v. 2, p. 1-11.

O JORNAL - Incentivo fiscal para barrar preconceito nos empregos. N.º 34 - Maio/2005 - São Paulo - Brasil - Página Interna. Disponível em http://www.aggio.jor.br/jornal34/emprego_apos_40_anos.htm. Acessado em julho de 2005.

OLIVEIRA, E. L., OLIVEIRA, A. M. H. C., WAJNMAN, S. A atividade econômica dos idosos no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (Org.) **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

OLSON, P. N., SMITH, M. M. – Impacto econômico de doações entre família. **Journal of Home Economics**. v. 72, 1980.

PEIXOTO, C. E. **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

PRATA, L.E. As condições de vida dos idosos paulistas nos anos 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu, 1990. **Anais...**

PSF (Programa de Saúde da Família) – **Cadastro 2004** – Teixeira-MG.

RAMOS, M. P. Apoio social e saúde entre idosos. **Sociologias** no. 7 Porto Alegre Jan./Jun 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222002000100007&script=sci_arttext. Acessado em agosto de 2005.

REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000, Fevereiro, v.15, n. 42: 143-152.

RODRIGUES, N. C. **Política nacional do idoso** - retrospectiva histórica. Est. Interdiscipl. Envelhec., UFRGS, Porto Alegre, v.3, p. 149-158, 2001.

RUIZ, Tânia. Estudo de sobrevivência de uma coorte de pessoas de 60 anos e mais no município de Botucatu (SP). **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v.6, n.3, São Paulo, Sept. 2003.

SAAD, P. M. O envelhecimento populacional e seus reflexos na área de saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., Caxambu, **Anais**. 1990.

SAAD, P. M. Transferências de apoio entre gerações no Brasil: Um estudo para São Paulo e Fortaleza. In: CAMARANO. A. A. (Org.) **Muito além dos sessenta: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

SAAD, P. M. Introdução. In: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **O idoso na grande São Paulo**. São Paulo: SEAD, 1990, p. 1-5.

SILVA, M.L.L., **Previdência Social, um direito conquistado: resgate histórico**. Quadro atual e propostas de mudanças. 2. Ed. Brasília, 1997, 287 p.

SILVA, Marina da Cruz. O processo de envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas. **Textos Envelhecimento**. v.8, n.1. Rio de Janeiro, 2005.

TSAKLOGLOU, P. Elderly and non – elderly in the European Union: a comparison of living standards. **The Review of Income and Wealth**, v. 42, n.3, p. 271-292, Sept. 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. SAEG – Sistema para análise estatística v.5.0. Viçosa, 1993.

VIEIRA, M. Produtividade ainda contém emprego. **Estado de Minas – Economia**, Belo Horizonte, 11 jun. 2000, p. 4.

VIEIRA, M. Renda do idoso sustenta família. **Estado de Minas – Economia**, Belo Horizonte, 19 dez. 1999, p. 4.

WILLIAMS, F. L. Interfamily economic exchange: a function of culture or economics. **Family and Economics Issues**, Lifestyles, v.12, n. 3, p. 235-251, Fall, 1991.

WORTMAN, K. **As funções do parentesco: uma mão lava a outra**. In: A FAMÍLIA das mulheres. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, CNPQ, 1987, p. 195-222.

YAZAKI, L. M. Perspectiva atual do papel da família frente ao envelhecimento populacional: um estudo de caso. In: **Revista brasileira de estudos de população**, v. 8, n. 1-2, jan./dez., 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu,, li e/ou ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual participarei. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo;

Voluntário (Entrevistado)

Equipe:

Neuza Maria da Silva – Orientadora

Maria das Dores Saraiva de Loreto – Conselheira

Karla Maria Damiano Teixeiras - Conselheira

Sônia Maria Rigueira Andrade Leal - Mestranda

APÊNDICE B

Questionário Aplicado

QUESTIONÁRIO - N° _____

I – Identificação:

Nome _____ Sexo () M () F

Idade _____

Estado civil: () Solteiro () Casado
() Viúvo () Separado

Escolaridade: () Ensino Fundamental Completo
() Ensino Fundamental Incompleto
() Ensino Médio Completo
() Ensino Médio Incompleto
() Ensino Superior Completo
() Ensino Superior Incompleto

Saúde: () Acamado () Ativo

II – Renda:

a) Origem: () Pensão
() Aposentadoria
() Trabalho
() Outras (especificar) _____

b) Quantum:

() Menos de R\$300,00
() Acima de R\$300,00 até R\$800,00
() Acima de R\$800,00 até R\$1.300,00
() Acima de R\$1.300,00 até R\$1.800,00
() Acima de R\$1.800,00 até R\$2.300,00
() Acima de R\$2.300,00

c) Parcela da renda empregada no orçamento familiar:

_____ (em reais)
_____ (Porcentagem)

d) Última ocupação enquanto na Ativa _____

III – Habitação:

a) Localização: () Urbana () Rural

b) Residência: () Sozinho () Com parente: Qual: _____

() Própria do Entrevistado () Alugada
() Própria do parente () Cedida

IV – Família do Idoso:

a) N° de membros da família que moram com o idoso: _____
Masculino (n°) _____ Feminino (n°) _____

b) Ocupação:
Membro da Família Ocupação Salário (R\$)

Homens:

1-

2-

3-

4-

5-

Mulheres:

1-

2-

3-

4-

5-

c) Algum dos parentes que moram com o Sr.(a) é menor de idade ou dependente?

_____ Não _____ Sim Quantos? _____

- Se for dependente, por que motivo? _____

d) Renda total percebida pelos que moram com o idoso: (somatório do item b.

_____ (em reais)

V – Participação do Idoso na Renda Familiar:

1) Ajuda em dinheiro:

a) Quantum _____ (reais)

b) A quem é dirigida: _____
(identificar o membro)

c) Finalidade: _____

d) Frequência da doação: () Mensal () Semanal
() Outra (especificar: _____)

e) Ajuda a membro da família que não mora no mesmo domicílio:

Quantum: _____ (reais)

A quem é dirigida: _____

Finalidade: _____

Frequência: () Mensal () Semanal
() Outra _____ (especificar)

f) Como você considera esta ajuda financeira para sua família?

() Importante () Sem importância () Muito Importante

Por quê? _____

2) Ajuda em serviço:

a) Que tipo de serviço presta para ajudar a família:

. Cuidado Humano:

() Olhar crianças () Olhar outro membro da família que necessite de cuidados

Manutenção do Lar: () Consertos em geral

Trabalhos Domésticos: () Limpeza

() Cuidar do Quintal/Horta

() Preparo das Refeições

